



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

**A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DIALOGA BRASIL COMO MECANISMO  
DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

ADRIANA MOREIRA DA SILVA

Campina Grande – 2016

**ADRIANA MOREIRA DA SILVA**

**A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DIALOGA BRASIL COMO MECANISMO  
DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Darcon Souza, Doutor.

Campina Grande - 2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586i Silva, Adriana Moreira da.  
A implantação do programa dialoga Brasil como mecanismo de participação social / Adriana Moreira da Silva. – Campina Grande-PB, 2016.  
54 f. il. color.

Relatório de Estágio Supervisionado (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.  
"Orientação: Profa. Dra. Darcon Souza".  
Referências.

1. Participação Social. 2. Políticas Públicas. 3. Dialoga Brasil.  
I. Souza, Darcon. II. Título.

CDU 338.2(043)

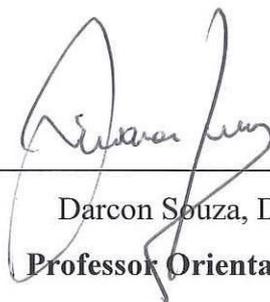
## COMISSÃO DE ESTÁGIO

Membros:

---

Adriana Moreira da Silva

**Aluna**



---

Darcon Souza, Dr

**Professor Orientador**

---

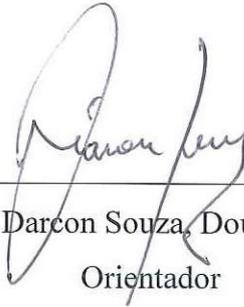
Kettrin Farias Bem Maracajá, Dra.

**Coordenadora de Estágio Supervisionado**

ADRIANA MOREIRA DA SILVA

**A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DIALOGA BRASIL COMO MECANISMO  
DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Relatório aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



---

Darcon Souza, Doutor.  
Orientador



---

Suzanne Érica Nóbrega Correia (Doutora)  
Examinador



---

Elmano Pontes Cavalcanti (Doutor)  
Examinador

Que Deus lhe dê a graça de chegar ao lugar mais bonito  
que já é seu, mas que você ainda não conheceu porque  
precisa ir até lá. (Pe. Fábio de Melo)

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ser tudo na minha vida, pela força concedida em todos os momentos e por ter me proporcionado a graça de chegar até aqui.

A minha mãe Aleuda, por ser a melhor mãe do mundo, por tudo que fez e continua fazendo por mim, a quem dedico todas as minhas conquistas.

A meu pai Antonio, que sempre me incentivou a estudar, pois sempre viu no estudo o melhor caminho a seguir, essa conquista também é sua.

A meu irmão Diano, por ter um coração tão bom, que através do seu jeito de ser me inspira a ser melhor.

A meus sobrinhos Emilly e Igor, por serem essas bênçãos de Deus em minha vida, por tornarem meus dias melhores. Obrigada pelo amor e carinho de sempre.

A minha avó Sebastiana, mulher de muita fé, por sempre me colocar em suas orações. Que Deus lhe conceda, minha vó, muita saúde!

A meu eterno avô, Jader, maior exemplo de simplicidade e humildade que tive a honra de conhecer. Saudades eternas!

A minha avó Tereza, por ser essa mulher forte e de coragem. Que Deus lhe conceda muita saúde!

A minha cunhada Valdênia, pelo incentivo de sempre, obrigada por tudo que já fez por mim.

A minhas tias, primas e primos que torceram por essa conquista, muito obrigada.

As amigas Liédna e Denise, irmãs de EJC, pela amizade de sempre. Obrigada por tudo meninas, vocês são demais.

A amiga Cilmara, que carinhosamente me chama de filha, admiro muito você pela mulher dedicada, batalhadora, guerreira que és. Obrigada por tudo!

A amiga Maria, por ser essa pessoa, inteligente, batalhadora, engraçada, que arruma jeito para tudo, torço muito por você. Obrigada por tudo!

A amiga Nayra, mulher guerreira, batalhadora, corajosa, que Deus lhe conceda os desejos do seu coração. Obrigada por tudo!

A amiga Lelly, por ser essa pessoa inteligente, dedicada, obrigada pelas palavras de incentivo, você vai longe. Obrigada por tudo!

A amiga Priscila, pela generosidade, pelas tantas caronas, desejo o melhor de Deus na sua vida. Obrigada por tudo!

As amigas de ensino médio Franciele e Vanessa, apesar de estarmos distantes, não poderia esquecê-las, como também não poderia esquecer meus amigos de cursinho Gledson e Andrea, obrigada pela amizade de sempre.

As amigas do SENAI: Érica, Jéssica, Dalila, Lanna, Tatiane, Silvana, Priscila, saudades das nossas muitas risadas.

Aos amigos do IFPB, Franci, Whasley e todos que fizeram parte da nossa turma, obrigada!

Ao EJC da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por plantarem a semente de Cristo na vida de tantos jovens, em especial a Ivone e Epa, Walter, Val, Jeanne e Edson e todos com quem tive a honra de trabalhar!

Ao professor Darcon, pelo acolhimento, compreensão, paciência e disposição em repassar seus conhecimentos para mim, para que esse trabalho fosse possível e também pelos ensinamentos durante todo o decorrer do curso. Que Deus continue a abençoar o senhor e os seus. Muito obrigada por tudo!

A Universidade Federal de Campina Grande e aos professores com os quais tive a oportunidade de adquirir não só os conhecimentos acadêmicos, mas também para a vida.

SILVA, A. M. da. **A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DIALOGA BRASIL COMO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**. Relatório de Estágio Supervisionado (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2016.

## **RESUMO**

A participação social nas políticas públicas é importante para a eficiência e eficácia das mesmas. Assim, a pesquisa identifica os mecanismos de participação instituídos pelo programa e os resultados apresentados em termos de quantidade e qualidade dessa participação. Para isso, estabeleceu-se como objetivo analisar o processo de implantação do programa Dialoga Brasil. Os aspectos metodológicos da pesquisa, quanto a abordagem foi qualitativa e quantitativa, quanto aos objetivos se configurou como descritiva, em relação aos procedimentos, considera-se como pesquisa documental e a fonte de dados utilizada partiu da análise de conteúdo de documentos. Os resultados alcançados apontam que a participação dos cidadãos funcionou de forma simbólica, visto que o governo não respondeu as suas sugestões. Concluiu-se com a pesquisa, que o Brasil tem muito o que avançar no que se refere a consolidação da participação social.

**Palavras chave:** Participação Social; Políticas Públicas; Dialoga Brasil.

**SILVA, A. M. da. LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROGRAMA DIALOGA BRASIL COMO MECANISMO DE PARTICIPACIÓN SOCIAL.** Relatorio de Parantia (Bacharelado em Administracion) – Universidad Federal de Campina Grande, Paraíba, 2016.

## **RESUMEN**

La participación social en las políticas públicas es importante para la eficiencia y la eficacia. Por lo tanto, la investigación identifica los mecanismos de participación establecido por el programa y los resultados en términos de cantidad y calidad de la participación. Para ello se ha establecido como objetivo analizar el programa Dialoga Brasil proceso de implementación. Los aspectos metodológicos de la investigación, ya que el enfoque era cualitativa y cuantitativa, de los objetivos que establecen como descriptivo en relación con los procedimientos, se considera como investigación documental y de los datos de origen utilizados procedían de análisis de contenido del documento. Los resultados obtenidos indican que la participación de los ciudadanos trabajó de una manera simbólica, ya que el gobierno no ha respondido a sus sugerencias. Concluido con la investigación, Brasil tiene mucho que avanzar en lo que respecta a la consolidación de la participación social

Palabras Clave: Participación social; Políticas públicas; Dialoga Brasil.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01: Ciclo das políticas públicas .....	21
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Área/ Saúde: programas e participações por mês.....	39
Gráfico 02 – Área/ Segurança Pública: programas e participações por mês.....	42
Gráfico 03 – Área/ Educação: programas e participações por mês.....	45
Gráfico 04 – Área/ Redução da Pobreza: programas e participações por mês.....	47
Gráfico 05 – Área/ Saúde: programas e participações por mês.....	49

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Conceito de políticas públicas.....	19
Quadro 02 – Programas e objetivos.....	37
Quadro 03 – Área/ Saúde: programas e propostas mais votadas.....	40
Quadro 04 – Área/ Segurança Pública: programas e propostas mais votadas.....	43
Quadro 05 – Área/ Educação: programas e propostas mais votadas.....	46
Quadro 06 – Área/ Redução da Pobreza: programas e propostas mais votadas.....	48
Quadro 07 – Área/ Cultura: programas e propostas mais votadas.....	50

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA: Articulação do Semiárido.

CF/88: Constituição Federal de 1988.

CRAS: Centros de Referência da Assistência Social.

CREAS: Centros de Referência Especializada de Assistência Social.

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio.

EUA: Estados Unidos da América.

FUNAPS: Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal.

FUNARTE: Fundação Nacional de Artes.

MIC: Microempreendedor Individual.

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ONU: Organização das Nações Unidas.

PARFOR: Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.

PDSE: Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

PIBID: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

PNPS: Política Nacional de Políticas Públicas.

PRF: Polícia Rodoviária Federal.

PROFMAT: Programa de Mestrado em Matemática.

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

REUNI: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

SAMU: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SENAT: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

SESC: Serviço Social do Comércio.

SINESP: Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.

SNPS: Sistema Nacional de Participação Social.

STF: Supremo Tribunal Federal.

SUS: Sistema Nacional de Saúde.

TICs: Tecnologias de Informação.

UBS: Unidades Básicas de Saúde.

UPAs: Unidades de Pronto Atendimento.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>18</b>
2.1 Políticas Públicas: origem, principais conceitos e modelos teóricos.....	18
2.2 Participação social nas políticas públicas.....	24
<b>CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

CAPÍTULO 1:  
**INTRODUÇÃO**

---

## 1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo tinha-se a ideia de que as políticas públicas eram apenas iniciativas restritas ao Estado, cabendo a ele a responsabilidade por todo o seu ciclo, com o avanço dos estudos sobre a temática e devido ao grau de complexidade que as norteia, essa visão vem se modificando, afinal por ser uma ação pública, se faz necessário o envolvimento de mais atores, que haja uma participação social, tendo em vista o fortalecimento da política em questão. Nesse contexto, a participação deve ser encarada como uma relação política entre a população e o Estado, é um grande desafio a ser trabalhado devido aos conflitos de interesses políticos e econômicos existentes, que muitas vezes acabam por utilizar a máquina pública para propósitos de minorias em detrimento aos da população.

Espera-se que as políticas públicas funcionem como instrumentos de melhoria de vida, atendendo a necessidades básicas e fazendo com que o indivíduo tenha a sua cidadania respeitada. Apesar dos avanços e limites dos processos participativos, a participação vem sendo considerada como fator significativo na implementação de políticas públicas, na medida em que fazendo parte de uma determinada realidade, o indivíduo, acredita-se ter contribuições relevantes a fazer, tendo em vista melhorar aquele fato do que a decisão única de um ator não tão próximo, mas que também é fundamental nesse processo. É interessante enfatizar também, o poder de pressão que essa participação exerce sobre o poder público, quando bem articulada. Caso que foi percebido com as manifestações de 2013 iniciadas em São Paulo, contra o aumento da tarifa de transportes, num primeiro momento foram criminalizadas pela grande mídia e representações políticas, como a tentativa de reprimi-las não funcionou e ao observarem que os protestos se espalharam por outras cidades brasileiras, o discurso até então utilizado foi mudado. Essas manifestações chamaram atenção, não só pelas temáticas diversas como também pela forma como foram articuladas, através das redes sociais.

Nesse contexto, apesar da participação social já existir a muito tempo, no Brasil, foi apenas na Constituição Federal de 1988 (CF/88) que a mesma foi incentivada, através dos mecanismos institucionais: referendo, plebiscito e iniciativa popular, além desses, outros espaços exigem a obrigatoriedade da participação cidadã como: as conferências, os conselhos populares, o orçamento participativo, a audiência pública, porém ela não o é para a maioria das políticas públicas, por não ser ainda um processo consolidado acarreta

críticas quanto a sua real efetividade. No que tange a consolidação, houve recentemente uma iniciativa por parte do governo federal, através do decreto nº 8.243 em instituir a Política Pública de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), que dentre outras coisas, previa a inserção de novos mecanismos de participação através da internet, porém a mesma recebeu muitas críticas por parte da oposição, da mídia, cujas afirmações foram rebatidas por acadêmicos, líderes de movimentos sociais, intelectuais, grupos de juristas, mas a PNPS acabou não sendo aprovada pela Câmara dos Deputados. Pode-se então afirmar, que ainda há muito que avançar na democracia participativa brasileira, tendo em vista a busca por um equilíbrio nos múltiplos interesses envolvidos, porém, ela não pode ser ignorada.

Apesar da PNPS não ter sido aprovada, esse fato não impediu que o governo federal lançasse a plataforma Dialoga Brasil, em 28 de julho de 2015, a mesma possuía como objetivo promover a participação de forma livre e consciente dos cidadãos, através da transformação de suas ideias em propostas, com o intuito de melhorar os programas, como também contribuir na elaboração e execução de políticas públicas federais, essa plataforma se enquadra em um novo modo de participação social, a participação digital, nela o governo se comprometeu em responder as três propostas mais votadas de cada programa. Nesse sentido, o problema de pesquisa foi: **Quais os mecanismos de participação instituídos pelo programa e os resultados apresentados em termos de quantidade e qualidade dessa participação?** Para responder a esse problema, estabeleceu-se como objetivo geral: analisar o processo de implantação do programa Dialoga Brasil. Para alcançá-lo estabeleceu-se como objetivos específicos:

- Identificar as políticas públicas incluídas no programa;
- Informar o nível de participação dos cidadãos em termos numéricos;
- Descrever as principais sugestões apresentadas;

Após essa parte introdutória, segue-se a fundamentação teórica, a qual abordou a política pública quanto a sua origem, seus principais conceitos e seus principais modelos teóricos, também relacionou-se a importância que a participação social exerce nas políticas públicas. Em seguida, foram apresentados os aspectos metodológicos utilizados, quanto a abordagem, ao objetivo, aos procedimentos e o instrumento utilizado para a coleta de

dados. Posteriormente, apresentou-se os resultados do estudo, as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

## CAPÍTULO 2:

# FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

---

### 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 2.1 Políticas Públicas: origem, principais conceitos e modelos teóricos

As discussões em torno das políticas públicas é algo que vem ganhando cada vez mais espaço no cenário atual, pois decisões nesse campo do conhecimento refletem na economia e na sociedade, logo constitui-se como objeto de estudo de pesquisadores de várias áreas, com o objetivo de compreender a complexidade que a envolve, no que tange aos atores e elementos envolvidos. A origem das políticas públicas como área do conhecimento e disciplina acadêmica na visão de Souza (2006) se deu nos Estados Unidos da América (EUA), focados nos estudos sobre como e porque os governos escolhem determinadas ações, diferentemente da forma como surgiu na Europa, cujo enfoque era os avanços nas teorias a respeito do papel do Estado, mais especificamente do governo em si, considerado o principal responsável pelas políticas públicas.

No que se refere à conceituação das políticas públicas, Souza (2006), diz que a literatura clássica abrange quatro autores tidos como pais das políticas em questão (ver quadro 1), são eles: Laswell; Simon; Lindblom e Easton. As definições dadas por eles tiveram algumas semelhanças e alguns pontos discordantes, Laswell e Simon seguiram uma mesma linha de pensamento, no que diz respeito a verem a racionalidade como o elemento principal na formulação e análise de políticas públicas, Lindblom por sua vez, disse que a racionalidade não é a única maneira de norteá-la, mas que faz-se necessário atrelar outras questões como: relações de poder, papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse, já Easton, caracterizou a política pública como um sistema que envolve a formulação, os resultados e o ambiente. Além dos autores clássicos, na literatura mais recente, como é possível perceber, os autores Lynn, Dye, Peters e Mead também contribuíram em termos de definição, porém, na perspectiva de Souza (2006) a mais conhecida continua sendo a de Laswell.

Quadro 1 – Conceito de políticas públicas.

<b>Autor</b>	<b>Conceito</b>
Laswell (1936)	Inseriu a colocação <i>policy analysis</i> (análise de política pública), tendo em vista não só aliar o conhecimento acadêmico com a produção empírica dos governos como também promover seu diálogo com cientistas sociais e grupos de interesse;
Simon (1957)	Afirma que a racionalidade dos decisores é limitada, para ele suas decisões seriam afetadas tanto por fatores internos quanto externos, disse ainda que um nível satisfatório de racionalidade pode ser alcançado, através de regras e incentivos que norteie o comportamento dos mesmos;
Lindblom (1959; 1979)	Para ele faz-se necessário atrelar outras questões como relações de poder, papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse as políticas públicas;
Easton (1965)	Define a política pública como sendo um sistema, que envolve a formulação, os resultados e o ambiente;
Lynn (1980)	Concretiza-a como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos;
Dye (1984)	Sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”
Peters (1986)	Considera como sendo a soma das atividades do governo, que agem de forma direta ou através de delegação, cujas decisões afetam a vida dos cidadãos;
Mead (1995)	Diz ser um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

Fonte: Baseado em Souza (2006).

Além dos conceitos já mencionados, ao longo do tempo alguns modelos explicativos foram elaborados na tentativa de mostrar como e porque o governo opta por determinadas ações, enquanto que outras são deixadas em segundo plano. Dye (2005) mencionou dentre outros o institucional (política como produto institucional); o de grupo (política como equilíbrio entre os grupos); o de elite (como preferências das elites); o incremental (política como variações sobre o passado); o da opção pública (política como deliberação coletiva de indivíduos movidos pelo auto interesse). Sobre o modelo institucional, Dye (2005, p. 101) afirma que “[...] uma política não se transforma em política pública antes que seja adotada, implementada e feita cumprir por alguma instituição governamental”, nessa perspectiva acredita que essas mesmas instituições conferem legitimidade, universalidade e coerção a política pública.

No modelo de grupo Dye (2005, p. 107) atesta que “os indivíduos só são importantes na política quando agem como parte integrante ou em nome de grupos de interesses. O grupo torna-se a ponte essencial entre o indivíduo e o governo”. Assim, esse entendimento sugere que é a política pública é o resultado da disputa política entre os grupos, mais especificamente, o equilíbrio de interesses entre os mesmos. Nesse sentido, o autor ainda acrescenta que “a influência dos grupos é determinada por seu tamanho, riqueza, poder organizacional, liderança, acesso aos formuladores de decisão e coesão

interna” (DYE, 2005, p. 108). Já no modelo de elite, segundo Dye (2005, p.109) a política pública reflete os interesses das elites muito mais que o das massas, sobre as quais inclusive, sugere na teoria elitista serem “apáticas e mal informadas quanto às políticas públicas”, dessa maneira, considera que o voto nas “eleições” bem como as “propostas políticas dos partidos” são meros “símbolos” de uma “influência indireta” do povo. Assim, as decisões políticas partiriam “de cima para baixo”, isto é do Estado para a população e não o contrário.

O incremental conforme Dye (2005, p. 115) “vê a política pública como uma continuação das atividades de governos anteriores com apenas algumas modificações”, nesse sentido, Souza (2006) sustenta que é a partir desse modelo, que surge a ideia de que as decisões políticas passadas, limitam as futuras, impedindo que as novas, muitas vezes, sejam implementadas. Por fim, sobre o modelo da opção pública, Dye (2005) estabelece que “todos os atores políticos [...] procuram tornar máximos seus benefícios pessoais tanto no reino da política quanto no ambiente do mercado”. Embora para ele esses modelos não tenham sido destinados ao estudo de políticas públicas especificamente, e sim a política em si, acredita que podem contribuir para o entendimento das mesmas.

Além dos modelos mencionados por Dye (2005), Souza (2006) cita outros como: o do tipo da política pública; do ciclo das políticas públicas; o do *garbage can*; o da coalizão de defesa, o das arenas sociais; o do equilíbrio interrompido. Dentre eles, o que mais se destacou no entendimento da autora, foi o do tipo da política pública criado por Lowi (1964; 1972, *apud* SOUZA, 2006, p. 28) no qual ele afirma que “a política pública faz a política”, seguindo esse pensamento, o autor coloca que ela pode assumir quatro formatos de políticas: distributivas; regulatórias, redistributivas; constitutivas; e que em cada um deles vai haver aqueles que apoiam e outros que não, conseqüentemente terão maneiras de se processar diferentes.

O ciclo da política pública é um modelo que abrange um número maior ou menor de etapas, estágios, fases, de acordo com a visão de diferentes autores, Souza (2006) o expõe com seis estágios: definição de agenda; identificação de alternativas; avaliação das opções; seleção das opções; implementação e avaliação. Já Raeder (2014) classifica o ciclo da política pública em cinco fases (ver figura 1): percepção e definição de problemas; formação da agenda; formulação de programas e projetos; implementação das políticas delineadas e monitoramento e avaliação das ações.



Figura 1 – Ciclo das políticas públicas.  
Fonte: Raeder (2014).

De acordo com Raeder (2014), a primeira fase do ciclo da política pública, consiste na percepção e definição de problemas, nela são estabelecidas as prioridades que serão focadas pelo sistema político e quais serão deixadas em segundo plano, em um cenário de muitos problemas socioeconômicos, presentes na sociedade e com recursos limitados para solucioná-los. O autor coloca ainda, que a definição de problemas é marcada por critérios técnicos que exigem atos urgentes, situações de emergência, no caso de doenças epidêmicas ou mesmo catástrofes naturais e falhas em programas já existentes, com o objetivo de melhorá-los.

A formação da agenda, considerada a segunda fase do ciclo das políticas públicas por Raeder (2014, p. 130), se configura como o “conjunto de problemas encarados como relevantes pelos atores envolvidos com a política”, atores esses, classificados em dois grupos, o dos atores visíveis (mídia, partidos políticos, grupos de pressão e outros) e o dos atores invisíveis (acadêmicos e burocratas). O autor afirma que os atores visíveis, têm um maior grau de influência para que determinada questão entre na agenda e que os atores invisíveis, se concentram mais nas soluções técnicas para as questões já decididas pelo grupo visível (RAEDER 2014, p. 130). Sobre a terceira fase, tida como a formulação de programas e projetos, Raeder (2014, p. 131) afirma que “definidos os problemas que serão contemplados com soluções por meio de ações públicas, procede-se à formulação dos programas e dos projetos que orientarão a execução das atividades”, acrescenta que, o que vai determinar se a formulação terá características específicas ou genéricas para um

problema, será o conhecimento e as informações sobre o mesmo. Lopes, Amaral et al (2008) dizem ser essa fase, marcada por disputas políticas devido aos conflitos de interesses existentes entre os mesmos.

Raeder (2014, p. 133) menciona que a quarta fase, chamada de implementação das políticas delineadas, é a “concretização da solução dos problemas que foram definidos na agenda decisória, problemas que deverão ser tratados a partir dos critérios definidos na etapa anterior”, ressalta o comum acordo, no que se refere às metas e objetivos que deve existir entre os executores e formuladores das políticas públicas como ponto importante. Araújo, Penteadó et al (2015, p. 1598) destacam dois modelos de implementação de políticas públicas o *top-down* (de cima para baixo) e o *bottom-up* (de baixo para cima), o primeiro referente “as ações que partem do Estado para a sociedade civil” e o segundo “quando, ao contrário, partem da sociedade civil para o Estado”.

Por fim, a quinta fase expressa o monitoramento e a avaliação das ações, sobre a qual Raeder (2014) discorre que ela se faz presente antes, durante e depois da fase de implementação, em outra linha de pensamento Lopes, Amaral et al (2008) encaram a fase de monitoramento e avaliação, como presente durante todo o ciclo da política pública e não restrita apenas a fase de implementação. Ambos concordam na questão do monitoramento e avaliação das ações servirem de melhoria, tanto para as atividades em curso, quanto para o aprendizado aos envolvidos de forma direta na política, nas questões que deram certo, nas que não e nos novos caminhos a serem trilhados a partir disso.

Lopes, Amaral et al (2008) mencionam existir na literatura de políticas públicas, duas caracterizações para a avaliação, a primeira correspondente a avaliação interna e a externa, na qual a interna estaria ligada aos responsáveis pelo programa e a externa aos especialistas, que não possuem participação no mesmo. A segunda caracterização por sua vez, voltada para os objetivos, que seriam formativos, quando se busca informações vantajosas no início do programa para a equipe envolvida, e somativos, quando às informações buscadas, diriam respeito aos resultados alcançados pelo programa, determinando sua continuidade ou seu encerramento. Os autores ainda colocam que na prática, as fases do ciclo da política pública, se interligam entre si, de tal forma que essa separação se dá mais para facilitar a compreensão do processo. Souza (2006, p. 36-37), a respeito tanto das definições quanto dos modelos de políticas públicas faz um levantamento de seus principais elementos, que seriam:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que ele, de fato faz; envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; é abrangente e não se limita a leis e regras; é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Peixoto (2015) concorda com Souza (2006) a respeito dos principais elementos envolvidos nas políticas públicas, quando coloca que durante muito tempo o Estado era visto como o detentor das mesmas, realizando-as de forma voluntária, dessa maneira se caracterizando como um processo técnico e burocrático, ele afirma que os estudos sobre a temática permitiram enxergá-la como um processo mais amplo, fazendo com que outros atores e elementos fossem incorporados e não apenas o Estado como único detentor. Discorre sobre a importância desse processo levar em consideração a ação pública como composta por cinco elementos ou pentágono da política pública: atores, individuais ou coletivos norteados por interesses que estejam de acordo com os recursos que dispõe; instituições, ditam normas e rotinas para os processos a serem seguidas pelos atores; representações, espaços que dão sentido as ações, as condicionam e as reproduzem; processo, caminhos a serem seguidos; resultados, expõe as consequências da ação pública e das interações envolvidas (2012, LASCOUMES; LE GALÉS *apud* PEIXOTO, 2015).

Nesse contexto, a gestão técnica e burocrática seguida pelo Estado, vem sendo questionada quanto a sua efetividade nas políticas públicas, novas abordagens sugerem um novo modo de gestão, denominada gestão social, a respeito dela, Peixoto (2015) diz ser o meio de considerar as dinâmicas sociais, através da participação social, com isso promover o diálogo entre os atores envolvidos nas etapas, no ciclo da política pública, para que as decisões sejam tomadas conjuntamente. Nesse sentido, faz-se necessário o entendimento por parte do cidadão de seu papel nesse processo, não apenas como eleitor, mas também como participante ativo nas mais variadas situações na sociedade.

Peixoto (2015) reconhece o Estado como detentor de condições e recursos para compreender uma determinada realidade, mas que por não vivenciarem aquilo cotidianamente, diferentemente dos atores sociais, não tem legitimidade para interpretar o que de fato ocorre. Porém, a vivência por si só não basta, é necessário proporcionar meios para que o cidadão possa manifestar suas contribuições e que ele entenda a importância que tem nesse cenário. Portanto, percebe-se que a política pública é um campo que abrange posições e discussões múltiplas por ser complexo e possuir diversos atores e elementos.

## 2.2 Participação social nas políticas públicas

No cenário atual da sociedade, muito se discute sobre o papel que a participação social de fato representa para as políticas públicas, que dizem respeito a coletividade. Nesse sentido, os países que vivem em um regime democrático, tem no voto do cidadão uma forma de participação, considerada por muitos autores como insuficiente para resolver as necessidades múltiplas e complexas que uma sociedade possui. Sobre o conceito de democracia, Bobbio (1983, p. 55) coloca-o como sendo “um conjunto de regras [...] que consentem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta ou indireta, nas decisões que interessam à toda a coletividade”. Ainda sobre esse conceito, Bresser-Pereira (2014) contribui afirmando que para a teoria política, ele seria o sistema político que garante os direitos dos cidadãos e o voto universal.

Para Bobbio (1992, p. 44) a democracia pode ser de forma direta e indireta ou representativa. Direta, quando todos os cidadãos participam em todas as decisões que lhe dizem respeito, não sendo possível segundo ele em sociedades complexas, pois que todos teriam que decidir sobre tudo; e indireta ou representativa, quando as “deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade”. Nesse sentido, ainda na visão de Bobbio (1992, p. 52) uma forma de democracia não necessariamente exclui a outra, “se a representação por mandato não é propriamente a democracia direta, é uma estrada intermediária entre a democracia representativa e a democracia direta”. A esse respeito, Benevides (1996) acrescenta que a polêmica que existe nas discussões políticas e acadêmicas em torno da democracia representativa versus a democracia direta, colocando como, ou uma ou outra, deixa de lado a possibilidade de que elas possam funcionar de maneira conjunta.

Bonavides (2000) coloca que o fator primordial da democracia representativa é a imagem de que o governo seria na verdade o povo governando, no sentido de que suas vontades seriam as mesmas, a soberania estaria com o povo, e os representantes governariam em nome do mesmo. Nesse sentido, segundo Araújo, Penteadó *et al* (2015, p. 1600) a democracia representativa presente hoje em grande parte dos países democráticos, vem sendo criticada devido as “suas dificuldades de legitimação e funcionamento, uma vez que os cidadãos são incentivados a participar apenas no momento eleitoral” dessa forma faz com que “[...] outras possibilidades de participação sejam limitadas”. Araújo, Penteadó

*et al* (2015) concorda com Benevides (1996, p. 76) que coloca que “o sufrágio universal nas eleições, portanto, não é suficiente para exprimir com fidelidade, a vontade popular em todas as questões para as quais se impõe o reconhecimento da opinião pública”.

Nesse contexto, muitos falam em crise da democracia representativa ou mesmo da própria democracia, o que leva a muitos autores a enxergarem na democracia semidireta ou participativa, uma maneira de melhor atender as demandas da população, ampliando a participação, outros autores não veem como uma crise, mas como algo comum a democracia. Bobbio (1992, p. 9) afirma que “o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica”. Nesse mesmo entendimento Bresser-Pereira (2014) acrescenta que faz parte da natureza democrática revelar, expor situações que não podem ser resolvidas em sua totalidade. A respeito da democracia participativa, Benevides (1996) a define como a combinação da direta com a representativa, o que ela entende como um mecanismo corretivo à democracia representativa tradicional. Nesse cenário, no âmbito brasileiro a Constituição Federal de 1988 (CF/88), de acordo com Benevides (1996), é considerada semidireta, visto que para a autora, ela foi a primeira constituição na história política brasileira a promover mecanismos de participação social, também chamada de popular ou cidadã, nas esferas nacional, estadual e municipal. O art. 14 da CF/88 versa que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei mediante: I plebiscito; II referendo; III iniciativa popular. ”

Benevides (1996, p. 40) conceitua plebiscito como “qualquer tipo de questão do interesse público, não necessariamente de ordem normativa – inclusive políticas governamentais”; sobre referendo, a autora diz se referir “unicamente a normas legais ou constitucionais”, no que tange ao instante da convocação o plebiscito “significa, sempre, uma manifestação popular sobre medidas *futuras* – referentes ou não à edição de normas jurídicas”, já o referendo “sempre após a edição de atos normativos, seja para confirmar ou rejeitar normas constitucionais *em vigor*”, o que ambos possuem em comum é a questão de serem mecanismos de consulta popular. Por fim, sobre a iniciativa popular, a autora a define como “um processo de participação complexo, desde a elaboração de um texto [...] até à votação de uma proposta, passando pelas fases da campanha, coleta de assinaturas e controle da constitucionalidade”. (BENEVIDES, 1996, p. 33).

Conforme Gohn (2004, p. 20) a participação social não tem como objetivo substituir o Estado, mas sim fazer com que o mesmo realize suas obrigações: “propiciar

educação, saúde e demais serviços sociais com qualidade, e para todos”. A autora afirma que foi a partir da inserção do conceito de sociedade civil no cenário político no final dos anos 1970, período em que o Brasil vivia um regime ditatorial, no qual dentre outras coisas, as políticas públicas mais especificamente, atendiam aos interesses de classes médias e altas da sociedade, que fez com que surgissem diversas “práticas coletivas no interior da sociedade civil, voltadas para a reivindicação de bens, serviços e direitos sociopolíticos, negados pelo regime político vigente” (GOHN, 2004, p. 21). Silva (2015) aponta que foi a partir do surgimento de movimentos sociais tanto populares quanto sindicais, de grandes proporções, na década de 1980, que as discussões no tocante a democracia, passou a ser assunto central nas discussões políticas brasileiras e que também esses movimentos alcançaram conquistas no que diz respeito a “ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, que passaram a constar na CF/88.

Para Gohn (2004, p. 22) o término da ditadura militar, fez com que novos atores sociais passassem a fazer parte do cenário político, visto que houve uma significativa “abertura de canais de participação e de representação política”, no tocante as políticas públicas, a autora destaca como seus primeiros defensores os movimentos sociais e as organizações não governamentais a partir dos anos de 1990. De acordo com Abraão (2014) a CF/88 permitiu algumas formas de participação social, como conselhos, conferências, ouvidorias, processos de participação no ciclo de planejamento e orçamento público, audiências e consultas públicas, mesas de diálogo e negociação, entre outros. Para Bazolli e Delgado (2015) a CF/88, fortaleceu a participação social, pois permitiu ao cidadão lutar e exigir seus direitos, porém afirmam que na prática essa participação deixa brechas no quesito eficácia, devido aos conflitos de interesses econômicos e políticos, que muitas vezes acabam por não respeitar esse direito.

Nesse sentido, Bava (2016) coloca que ou a participação se configura como uma estratégia de democratização do Estado e do espaço público, de ampliação de direitos, ou ela se direciona para um campo, no qual o governo passa a exercer o controle. Diante disso, Araújo, Penteado *et al* (2015, p. 1600) acham por bem associar a participação política a participação cidadã, na qual a política “deixa de ser uma prerrogativa do Estado e passa a incorporar novos atores e práticas, que geram criativas formas de intervenção no processo político”. Nesse cenário a participação política é definida como:

[...] participação de forte conteúdo cívico, relacionado à polis. Seu alvo não é a conquista do poder, mas a criação de condições para afirmação de novas formas

de poder que sejam capazes de pressionar o poder, os governos e os gestores com pleitos associados à cidadania. Nesse sentido, aproxima-se do que tem sido chamado de “participação cidadã”, uma interação complexa e contraditória entre Estado, mercado e sociedade civil que se abre para novas formas de reivindicação, controle social e gestão (2013, NOGUEIRA apud ARAÚJO, PENTEADO E SANTOS, 2015).

No entendimento de Bresser-Pereira (2014) a participação social não ficou só na lei ela já se faz presente em muitas situações. Mesmo assim Bazolli e Delgado (2015) afirmam que o Brasil tem poucos casos de sucesso quanto às atividades participativas. Seguindo essa ótica, Araújo, Penteado *et al* (2015) citam como exemplos: o Orçamento Participativo, que teve início nos anos de 1990 em Porto Alegre (RS), que atualmente é feito não só em várias cidades do Brasil, como também em outros países, inclusive algumas cidades brasileiras o fazem de maneira *online*; a Lei da Ficha Limpa (lei complementar 135/2010), iniciativa popular de forte campanha em 2008, sancionada em 2010 e aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012. Bava (2016) por sua vez, menciona outros exemplos, como a Articulação do Semiárido (ASA) que segundo ele, garantiu um milhão de cisternas para as famílias mais pobres do agreste nordestino; os Conselhos e Conferências que embora tenham muitos problemas se configuram como uma conquista da democracia brasileira. Os exemplos citados, representam para Peixoto (2015) uma procura pela consolidação da participação social nos ciclos das políticas públicas.

Peixoto (2015) bem como Pires e Silva (2015) concordam que dentre as etapas do ciclo da política pública: percepção e definição de problemas; formulação da agenda; formulação de programas e projetos; implementação das políticas; monitoramento e avaliação das ações (RAEDER, 2014) a que mais vem se destacando no Brasil nos últimos anos é a da implementação, porém acrescentam que apesar dos avanços nessa etapa há também os limites a serem superados. Ainda segundo Peixoto (2015) o monitoramento é uma etapa de difícil entendimento por parte dos atores sociais, devido à linguagem muitas vezes técnica empregada, portanto, destaca a necessidade de tornar esse processo mais acessível e compreensível, para que possa haver uma participação social também na mesma. “O entendimento de que a efetividade, a eficácia e a eficiência de uma determinada política pública relacionam-se ao nível de controle e participação exercidos sobre esta, tem ganhado destaque na abordagem de diversos autores” (PEIXOTO, 2015, p. 404).

Araújo, Penteado *et al* (2015) observaram que em anos recentes a relação entre Estado e sociedade civil vem se transformando, no tocante principalmente ao uso

significativo por ambos, de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que passam a direcionar o desenvolvimento de algumas políticas. Essas tecnologias segundo os autores, têm contribuído para que o Estado lance mão de espaços, ferramentas virtuais ou digitais como instrumentos políticos, permitindo assim o aumento da participação social, no Brasil é o caso do E-democracia pela Câmara dos Deputados; o Portal da Participação Social criado pelo poder executivo federal; o portal do Ministério da Cultura. Como também permite iniciativas da sociedade civil através do uso de redes sociais, com destaque para o *twitter* e o *facebook*, foi o que aconteceu nos diferentes protestos ocorridos no país em junho de 2013, que iniciaram em São Paulo, devido ao aumento da tarifa de transporte público, mas que se expandiram para outras questões. Essas manifestações segundo Silva (2015), chamaram atenção não só pela sua organização no meio digital, mas também por envolver um grande número de pessoas de faixa etária diferentes, de classes sociais distintas e com pautas reivindicativas de variadas naturezas.

Silva (2015, p. 394) expõe que a resposta por parte das classes dominantes e seus representantes nos governos federal, estadual e municipal como também da grande imprensa às manifestações, foi de criminalizá-las. A grande mídia caracterizou os manifestantes como “jovens de classe média, baderneiros e vândalos”, discurso também adotado pelos governantes que “colocaram um expressivo aparato repressivo para intimidar e impedir que crescesse o número de manifestantes”, o que só fez com que os protestos se espalhassem por todo o território brasileiro. Observando as grandes proporções que os movimentos adquiriram, a mídia e os governos mudaram o discurso, “de vândalos e baderneiros, os manifestantes passaram a ser identificados como agentes de mudança e da democracia”. Sobre a importância das manifestações não só ocorridas no Brasil, mas em outros países como EUA e Espanha em anos recentes, Silva (2015, p. 396) aponta que:

Embora ainda não tenham força política suficiente para impor mudanças estruturais nas relações de reprodução do capital, o número de pessoas que se reuniu em torno de movimentos [...] foi suficiente para chamar atenção de estudiosos e governantes de que milhões de pessoas estão dispostas a lutar contra o modelo econômico que os submete a uma vida degradante.

Embora a participação social venha sendo estudada com mais intensidade nos últimos anos, que esteja garantida na CF/88, no que tange as políticas públicas e seu ciclo, ela ainda não é consolidada. Nesse sentido houve uma tentativa por parte do governo federal, em instituir a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema

Nacional de Participação Social (SNPS), decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, dentre outros o objetivo da PNPS era art. 1º “[...] fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil” no que compete a "formulação, execução, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas e no aprimoramento da gestão pública (parágrafo único) (BRASIL, 2014).

No art. 2º o decreto conceituava as seguintes formas de participação: sociedade civil; conselho de políticas públicas; conferência nacional; ouvidoria pública federal; mesa de diálogo; fórum Inter conselhos; audiência pública; consulta pública; ambiente virtual, sobre elas o art. 6º colocava-as como “instâncias e mecanismos de participação social, sem prejuízo da criação e do reconhecimento de outras formas de diálogo entre administração pública federal e sociedade civil”. (BRASIL, 2014). Dentre elas Abraão (2014) destaca o ambiente virtual, como uma nova forma de participação, via internet e suas ferramentas, que a política em questão abriria caminho. Sobre o SNPS, o art. 7º mencionava que o mesmo seria coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, bem como composto pelas formas de participação popular, já mencionadas, como também abriria espaço para outras maneiras (BRASIL, 2014).

O decreto nº 8.243 assim que foi lançado gerou muitas polêmicas por parte da oposição e da imprensa, para Bresser-Pereira (2014), essa rejeição ao mesmo, significou o interesse por parte desses setores em restringir a eficiência da democracia no Brasil, ou ainda fazer com que a mesma tenha sua capacidade participativa reduzida, para tornar-se o que chamou de liberal, Abraão (2014) por sua vez, afirma que alguns chegaram inclusive a chamar a PNPS de golpe, de mudança de sistema político por decreto. Outros segundo Bresser-Pereira (2014) colocaram que a política em questão, se configuraria como uma maneira da sociedade civil pressionar os parlamentares e agências do governo, portanto na visão do autor, a democracia participativa nesse cenário serviria para equilibrar a pressão antidemocrática exercida pelas elites com seus interesses políticos e econômicos que geralmente entram em conflito com os do interesse público. A respeito disso, Bresser-Pereira (2014) afirmou ainda, que o decreto não colocava em cheque a representatividade da democracia, mas contribuiria para seu avanço, ao propor uma formalização, permitindo assim um melhor diálogo entre Estado e sociedade civil, tendo em vista atender as demandas da mesma.

Em resposta às críticas, um manifesto foi feito por juristas, professores e pesquisadores, a favor da PNPS, nele, os mesmos alegavam, dentre outras coisas, que a mesma era um avanço na democracia do Brasil, uma forma de expandir a participação de todos os atores sociais, sem limites ou regalias de qualquer natureza, como também garantir novas maneiras de participação popular via *internet*. Mencionavam que o decreto não teria pretensão antidemocrática, como foi alegada por alguns, pois os mecanismos de participação não seriam sujeitados ao controle do Estado, pelo contrário, aumentariam as fiscalizações do mesmo pelo povo (COMPARATO, 2014). Nesse sentido, para Abraão (2014), a PNPS constituiria um caráter pioneiro ao Brasil em relação aos demais países, no que tange aos movimentos sociais em rede, no mesmo momento em que manteria as participações tradicionais e os movimentos sociais históricos.

Apesar de todas as tentativas de fazer com que o decreto fosse aprovado, no dia 28 de outubro de 2014, o mesmo foi rejeitado pelo Plenário da Câmara, após ser aprovado o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1491/14, lançado pela oposição, que tornou nulo a PNPS (REDE BRASIL, 2014)). Assim, Bava (2016) coloca que além da relação que deve existir entre Estado e sociedade, para haver participação, é necessário que se leve em consideração a perspectiva histórica de um país, no caso do Brasil ele afirma que o mesmo é “governado por elites que, nos diferentes níveis da federação, ainda consideram o aparato público como uma máquina a serviço de seus interesses. As possibilidades são várias, de desdobramentos e impactos produzidos por essa relação”. Desse modo ainda que a “democracia participativa não esteja plenamente incorporada à sociedade, ela passa a ter presença cada vez mais importante dentro do funcionamento da democracia representativa atual”. (ARAÚJO ET AL 2015, p. 1601).

Nessa perspectiva, o grande valor da participação da sociedade civil está em democratizar a gestão pública, para que as políticas públicas tenham prioridade, e de fato atendam aos interesses da maioria, não se constituindo dessa forma só em preencher os “espaços antes dominados por representantes de interesses econômicos, encravados no Estado e seus aparelhos” (Gohn, 2004, p. 25). Bava (2016) e Gohn (2004) concordam que a participação popular não deve se limitar apenas a espaços para essa finalidade, mas que além delas a sociedade civil se organize de forma autônoma, tendo em vista a garantia de seus direitos. Portanto, Bazolli e Delgado (2015) expõem que ainda se está nos primeiros passos em direção a democracia participativa, visto que buscar o equilíbrio entre os mais

diversos interesses se mostra um desafio que requer do ser humano o desenvolvimento de habilidades racionais e responsabilidade pelo futuro de seus atos.

CAPÍTULO 3:  
**ASPECTOS METODOLÓGICOS**

---

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada quanto à abordagem, pode ser considerada como qualitativa bem como quantitativa. De acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 33) a pesquisa qualitativa volta-se para “os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais”. Já a quantitativa “se centra na objetividade [...] considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros”, assim fazer uso das duas abordagens ao mesmo tempo, faz com que as informações geradas sejam maiores do se fosse usada apenas uma (2002, FONSECA apud SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p. 33).

Quanto aos objetivos essa pesquisa é considerada descritiva, na qual para Andrade (2010, p. 112) “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados”. A respeito dos procedimentos adotados ela se encaixa como pesquisa documental, nela “são investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características [...] permitem estudar tanto a realidade presente como o passado, com a pesquisa histórica” (CERVO ET AL, 2007, p. 62). A fonte de dados para o estudo partiu da análise de conteúdo de documentos, “técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema” (VERGARA, 2012, p. 7), no caso dessa pesquisa, foram acessados os termos de uso e documentos públicos, disponibilizados na plataforma Dialoga Brasil.

Na plataforma as participações, as propostas dos cidadãos eram quantificadas, para as propostas lançadas a plataforma utilizava um cálculo denominado saldo de interação (quantidade de apoios menos a quantidade de não-apoios dividida pela quantidade de visualizações), para determinar as três propostas mais votadas de cada programa. As propostas segundo a plataforma Dialoga Brasil, poderiam ser enviadas até dia 31 de outubro de 2015. Com relação a quantidade de apoios de cada proposta, que foi o que essa pesquisa enfatizou, cabe mencionar que de acordo com os termos de uso do Dialoga Brasil, cada usuário cadastrado poderia enviar quantas propostas quisessem, porém, só poderiam apoiar cada proposta dos demais usuários uma única vez, dessa maneira evitando que uma mesma proposta fosse apoiada por um mesmo usuário infinitas vezes. A coleta de informações foi feita nos meses de agosto a novembro de 2015, mas só foram analisadas para fins desse estudo, no mês de abril de 2016.

Dessa maneira, a pesquisa buscou descrever os programas do governo federal inseridos na plataforma Dialoga Brasil, bem como suas áreas ou temas correspondentes, no que se refere aos seus objetivos, ao comportamento, a quantidade de participações digitais em cada programa, as três propostas mais votadas, mostrando a quantidade de apoios de cada uma delas. Foram somadas o número de participações de cada mês, em seguida retiradas desses totais as porcentagens de participação para analisar o índice maior e menor de cada período, como também o comportamento se crescente ou não, para isso utilizou-se gráficos feitos no Excel.

CAPÍTULO 4:  
**ANÁLISE DOS RESULTADOS**

---

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A plataforma Dialoga Brasil foi um espaço de participação digital lançado pelo governo federal, que começou a funcionar no dia 28 de julho de 2015, tinha como objetivo proporcionar a participação dos cidadãos de forma livre e consciente, através da transformação de suas ideias em propostas com o intuito de melhorar os programas, como também contribuir na elaboração e execução de políticas públicas do governo, desse modo ampliar a participação política e social. O Dialoga Brasil disponibilizava um documento contendo os termos de uso da plataforma, dentre outras coisas estabelecia as regras gerais de uso, como princípios seguidos, como o usuário poderia proceder para participar, enviar propostas e conteúdos permitidos nelas.

Como princípios a plataforma seguia a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que regulamenta o uso da internet no Brasil, mais precisamente o art. 2º, incisos: II (os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais); III (a pluralidade e a diversidade); IV (a abertura e a colaboração) e VI (a finalidade social da rede); o art. 3º incisos: I (garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal); II (proteção da privacidade); III (proteção dos dados pessoais, na forma da lei); VI (responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei) e VII (preservação da natureza participativa da rede); e o art. 4º, incisos: I (direito de acesso à internet a todos); II (acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos); III (inovação e fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso); e IV (adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados).

Para o alcance de seus objetivos, a plataforma dispunha de recursos online como vídeos, descrição, notícias dos programas, imagens, todo o conteúdo relacionado aos programas, para que o usuário pudesse elaborar, apoiar e compartilhar uma proposta e ter respostas oficiais do governo bem como participar de bate-papo virtual com ministros relacionados ao assunto tratado, era necessário que o mesmo efetuasse um cadastro na plataforma, o único requisito exigido era que tivesse no mínimo 18 anos ou autorização prévia dos pais ou responsáveis. No ato do cadastro o usuário deveria inserir nos campos correspondentes suas informações pessoais, no qual um *email* e uma senha era gerada ou

acessar através de sua conta pessoal do *facebook* e *google+*. Terminado o cadastro o usuário autorizava a plataforma e os órgãos governamentais envolvidos a comunicar-se por meio do endereço de *e-mail* cadastrado, como também utilizar os seus dados de forma agregada e anônima para fins de pesquisa, incluindo a emissão de relatórios estatísticos referentes ao próprio uso da plataforma.

O texto das propostas lançadas pelos usuários cadastrados não poderiam ultrapassar o limite de 200 (duzentos) caracteres, fora isso poderiam contribuir com quantas propostas quisessem, porém só poderiam efetuar um apoio por usuário por proposta, em relação a avaliação as mesmas eram analisadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o envio, não podiam ser editadas, nem retiradas da plataforma pelo usuário, não seriam aceitas as propostas que tivessem expressões de opinião, solicitações, denúncias, reclamações e comentários ou que não permitissem clara compreensão do que estaria sendo dito. As propostas para cada programa constante na plataforma, poderiam ser enviadas até dia 31 de outubro de 2015, o governo federal se comprometeu a começar a responder as três propostas mais apoiadas de cada programa, no mês de novembro do mesmo ano.

O Dialoga Brasil trabalhou com 27 (vinte e sete) programas, cada um deles possui seus objetivos específicos (ver quadro 2), além de outras informações como a descrição, os alcances, as evoluções dos programas, tudo contido na plataforma. Dentre eles poderiam ser destacados o Mais Médicos que desde seu lançamento em 2013 vem trazendo resultados satisfatórios, em relação ao objetivo a que se propôs, segundo o próprio Dialoga antes do surgimento desse programa, vinte e dois estados brasileiros possuíam um número de médicos abaixo da média nacional e cinco desses estados tinham menos de um médico para cada mil habitantes. Ainda de acordo com o Dialoga, outro programa que pode ser destacado com relação ao alcance que vem conseguindo em termos do objetivo pretendido, é o Bolsa Família, que atualmente beneficia mais de cinquenta milhões de pessoas de baixa renda, além do combate à pobreza, permite através da complementação da renda, movimentar a economia local, gerar empregos também para outras pessoas, acompanhar a trajetória escolar das crianças e jovens beneficiados.

Quadro 2 – Programas e objetivos.

<b>Programas</b>	<b>Objetivos</b>
Mais Médicos	Levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, investir na construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de promover novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais;
Mais Especialidades	Expandir o acesso a consultas, exames e procedimentos especializados no Sistema Único de Saúde (SUS);
Melhorar os Postos de Saúde	Melhorar a estrutura dos mesmos para melhor atender a população na atenção básica;
SAMU 192 e UPAs	Garantir resgate e atendimento 24 horas, todos os dias da semana;
Aqui tem Farmácia Popular	Garantir medicamentos gratuitos ou com desconto;
Incentivo ao Parto Normal	Ampliar o acesso das gestantes à informação e o maior preparo dos hospitais para o nascimento seguro e o desenvolvimento saudável dos bebês, por meio da criação de plantões obstétricos, regulamentação de orientações na rede pública e privada, acompanhamento da saúde das mulheres e campanhas de divulgação. Inclui ainda o planejamento familiar, o pré-natal e o parto humanizado.
Vida Saudável	Investir em ações de estímulo à atividade física, à alimentação adequada, de combate ao tabagismo e ao uso abusivo de álcool.
SINESP	Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela segurança pública.
Segurança Pública Integrada	Envolver ações integradas entre o governo federal, estados e municípios para a redução dos homicídios. Articular os órgãos de segurança pública, da justiça criminal e do sistema penitenciário, para a melhoria dos procedimentos de investigação de mortes violentas, o fortalecimento das ações de policiamento ostensivo e comunitário e o controle de armas.
Crack, é Possível Vencer!	Fortalecer fatores de proteção e diminuir os riscos relacionados ao uso de drogas; ampliar e melhorar o atendimento as pessoas com problemas causados pelas drogas e para suas famílias, nas áreas de saúde e assistência social; integrar a inteligência e a cooperação entre forças policiais federais e estaduais, para reduzir a oferta de drogas ilícitas.
Proteção das Fronteiras	Aumentar a colaboração entre os órgãos brasileiros e países vizinhos; fortalecer o controle nas áreas mais críticas da fronteira; articular-se com outras políticas públicas.
Forças Federais de Segurança	Atuar no combate às organizações criminosas, à corrupção, à lavagem de dinheiro e no controle de fronteiras, portos e aeroportos brasileiros.
Educação Básica	Atender as crianças e os jovens desde a educação infantil até o ensino médio.
Ensino Superior	Através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) abrir portas para que todos os brasileiros trilhem em igualdade de condições e de acordo com seus méritos como estudantes, um caminho de oportunidades por meio dos ensinos técnico e superior.
Ensino Técnico	Por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), preparar os jovens para o primeiro emprego, além de oferecer oportunidade de qualificação para que busquem empregos melhores e mais bem remunerados.
Valorização dos Professores	Investir na formação de professores da educação básica, através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do Programa de Mestrado em Matemática (PROFMAT).
Bolsa Família	Complementar mensalmente a renda de famílias de baixa renda, identificar dificuldades de acesso e de permanência dos estudantes na escola, fazer o acompanhamento do pré-natal das gestantes e orientar as mulheres em fase de amamentação e inserir os adultos beneficiários no mercado de trabalho formal e informal.

(continua...)

(...continuação)

<b>Programas</b>	<b>Objetivos</b>
Brasil Sem Miséria	Superar a extrema pobreza em todo o país.
Assistência Social	Por meio de profissionais como assistentes sociais e psicólogos, buscar compreender a situação de cada um e atuar para melhorar as condições de vida, de relacionamento e de inclusão social.
Cisternas	Resgatar a cidadania e promover a convivência com o semiárido de forma produtiva e digna, garantindo água de qualidade para quem vive nessas regiões.
Agenda Século XXI	Promover um novo jeito de ver e fazer cultura.
Vale-Cultura	Incentivar as empresas a oferecer aos seus funcionários acesso a livros, revistas, ingressos para cinemas, teatros, shows.
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Cidades Históricas	Preservar o passado para as gerações futuras.
Brasil de Todas as Telas	Estimular o mercado de produção e programação audiovisual no país e promover o acesso de um número cada vez maior de brasileiros a conteúdos para cinema e televisão.
Cultura Viva	Reconhecer e apoiar iniciativas culturais já desenvolvidas de forma autônoma pela sociedade, especialmente em áreas de risco social, em territórios de invisibilidade e nas periferias das grandes cidades.
Política Nacional das Artes	Construir essa política com a colaboração de pesquisadores, artistas, produtores, gestores públicos, gestores privados e sociedade civil para a partir das questões que forem levantadas e consideradas importantes, promover um conjunto de políticas públicas consistentes e duradouras para as artes brasileiras.
Cultura e Educação	Aproximar cultura e educação como estratégia para o desenvolvimento cultural do país e para a qualificação da educação.

Fonte: <http://dialoga.gov.br/>, 2016.

Os programas trabalhados pelo Dialoga Brasil foram divididos em cinco áreas: Saúde; Segurança Pública; Educação; Redução da Pobreza; Cultura. Durante o período de agosto a novembro de 2015, foram acompanhadas o número de participações de cada mês em cada programa, com exceção da área Cultura, cujos meses acompanhados foram setembro a novembro do mesmo ano. Para cada programa de todas as áreas, foram feitas propostas por parte dos usuários cadastrados, as três mais votadas de cada um ficaram de ser respondidas pelo governo federal em novembro de 2015, aqui serão mostradas essas propostas, bem como a quantidade de apoios que tiveram.

A área Saúde engloba os programas: Mais Médicos; Mais Especialidades; Melhorar os Postos de Saúde; SAMU 192 e UPAs, Aqui tem Farmácia Popular; Incentivo ao Parto Normal; Vida Saudável, é possível observar (ver gráfico 1) que o programa que mostrou um número menor de participação em todos os períodos, ou seja, de agosto a novembro, foi o Incentivo ao Parto Normal, já o que obteve um número maior de participações em todos os meses, foi o Melhorar os Postos de Saúde. Nota-se também que embora as

participações tenham sido crescentes a cada mês, de agosto a setembro o aumento foi mais significativo.

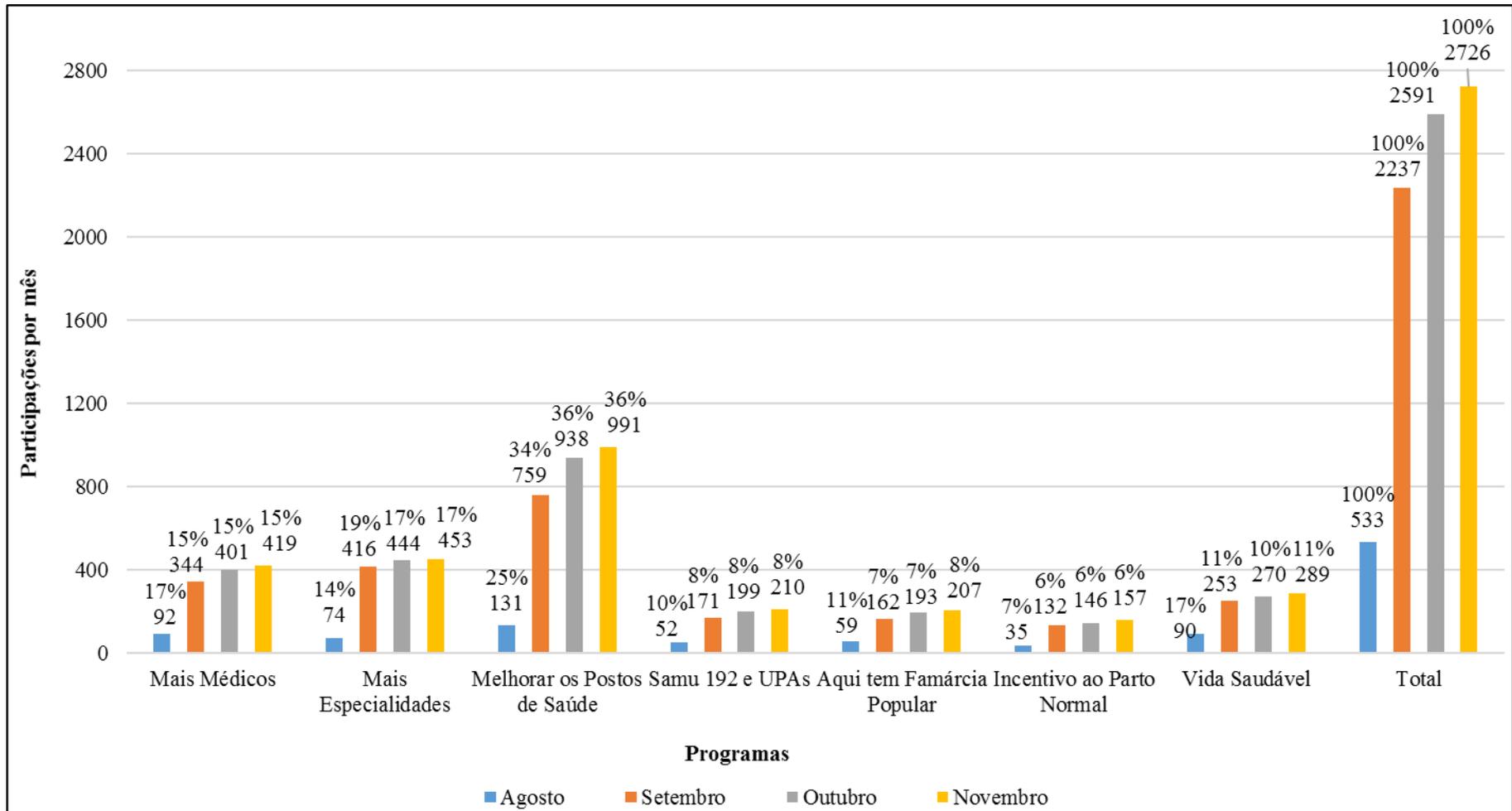


Gráfico 01 – Área/ Saúde: programas e participações por mês

Fonte: <http://dialoga.gov.br/>, 2016.

O total de participação em cada mês foi: agosto (533); setembro (2.237); outubro (2.509) e novembro (2.726). O Mais Médicos em termos percentuais, apresentou como maior parcela 17% de um total de 533 participações no mês de agosto, para os demais meses, isto é, setembro, outubro e novembro seu percentual foi de 15%, em relação aos seus respectivos totais, fato também observado no Incentivo ao Parto Normal e no SAMU 192 e UPAs no tocante aos meses de setembro a novembro apresentarem um mesmo percentual no caso 6% e 8% para totais distintos. O programa Melhorar os Postos de Saúde assim como os demais, como já foi dito, apresentaram aumentos em termos numéricos de participação a cada mês porém, no que tange aos percentuais foi o único em que os mesmos também cresceram a cada período. Por fim, o menor índice de participação percebido foi de 35 (Incentivo ao Parto Normal) e o máximo de 991 (Melhorar os Postos de Saúde), bem como os percentuais mínimo de 6% (Incentivo ao Parto Normal e máximo de 36% (Melhorar os Postos de Saúde).

Em relação as três propostas mais apoiadas de cada programa, na área saúde (ver quadro 3) percebe-se que as pertencentes ao Mais Especialidades foram bem mais apoiadas em relação as dos demais, é possível notar ainda que os conteúdos das três propostas trataram sobre a mesma especialidade no caso a optometria. Já em relação as menos votadas, ficou o Aqui tem farmácia popular. O programa Incentivo ao parto normal, apresenta a primeira proposta com uma quantidade de apoios menor do que a segunda, isso ocorreu devido ao saldo de interações que determina a classificação não apenas pela quantidade de apoios mais sim outros fatores como os não apoios e as visualizações. No geral a quantidade de apoios para os programas dessa área variou de 35 (Aqui tem farmácia popular) a 995 (Mais Especialidade).

Quadro 3 – Área/ Saúde: programas e propostas mais votadas.

<b>Programas</b>	<b>Propostas</b>	<b>Quant. de apoios</b>
Mais médicos	1ª Fiscalizar a carga horária dos médicos em geral.	510
	2ª Ampliar acesso e melhorar atendimento na atenção básica com o Mais Médicos que interioriza o desenvolvimento, provê profissionais, regula formação e investe em infraestrutura nos vazios assistenciais.	305
	3ª Criar plano de carreira para que os médicos tenham incentivo para atuar em regiões remotas.	173
Mais especialidades	1ª A inserção do optometrista como profissional responsável pela visão, como determina a Organização Mundial de Saúde, tornaria muito melhor e mais fácil o acesso da população à saúde visual e ocular.	995

(continua...)

(...continuação)

Programas	Propostas	Quant. de apoios
Mais Especialidades	2ª Inserir o optometrista na saúde pública iria ser ótimo para a população pois iria descongestionar as filas filtrando o que seria patologia e refração (cuidado primário que o optometrista pode fazer);	767
	3ª A entrada da optometria no SUS como avaliadora primária da visão, agilizando o atendimento da saúde visual.	755
Melhorar os postos de saúde	1ª Incluir nutricionistas no atendimento ambulatorial das clínicas da família.	504
	2ª Priorizar o atendimento primário por profissionais não médicos (optometria, fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, enfermagem, terapeutas ocupacionais, dentre outras), com políticas e metas claras;	306
	3ª Implementação de um sistema virtual para marcação de consultas de forma online diretamente pelo cidadão, sem a necessidade de esperar horas na fila dos postos para esse serviço.	304
SAMU 192 e UPAs	1ª Facilitar o processo burocrático de colocação em operação das ambulâncias nas cidades e penalizar os responsáveis por deixarem veículos novos parados e/ ou sem manutenção;	147
	2ª Auditoria anual das ambulâncias adquiridas por municípios para averiguar quais ainda funcionam e quais estão esperando reparos;	80
	3ª Encaminhar projeto Lei para garantir identificação de chamada e punição para quem usar o serviço para trote.	45
Aqui tem farmácia popular	1ª Alguns países europeus implementam a Receita Eletrônica. Um sistema que integra: médicos, pacientes e farmácias. A ideia é eliminar o papel, aumentar o controle sobre os medicamentos adquiridos.	83
	2ª Gostaria que os medicamentos de Glaucoma e catarata também contasse no programa.	42
	3ª O Brasil deve investir em transferência de tecnologia farmacêutica e produção inteligente e nacional dos principais medicamentos. Além de financiar a pesquisa em produtos de alta complexidade.	35
Incentivo ao parto normal	1ª Criação de um Observatório Integrado com indicadores confiáveis sobre partos no Brasil. Liberar os dados em formato aberto;	184
	2ª Criação da carreira de obstetrix/ parteira/ doula no SUS;	193
	3ª Para que a cultura do parto cirúrgico mude, é preciso que haja palestras nas Escolas de 2º grau para que jovens amadureçam a ideia. Também é preciso que essa ideia seja difundida nos cursos de medicina.	98
Vida saudável	1ª Liminar – em lei – o teor de sal dos alimentos industrializados, com um teto máximo de quantidade permitida em cada produto;	192
	2ª Utilização da medicina preventiva pois muitas doenças poderiam ser prevenidas antes mesmo de ser tratada, diminuindo assim os custos com saúde em todo o Brasil;	70
	3ª Criação do “Plano Desportivo Nacional” como parte da Política Pública Nacional da Promoção da Vida Saudável [a ser instituída com fulcro nos arts. 196 c/c 217 da CF/ 1988].	69

Fonte: <http://dialoga.gov.br/>, 2016.

A área Segurança por sua vez, comporta os programas Sinesp; Segurança Pública Integrada; Crack é Possível Vencer!; Proteção das Fronteiras; Forças Federais de Segurança. Observa-se que (ver gráfico 2) o programa que obteve um maior índice de participação em todos os períodos foi o Segurança Pública Integrada, inclusive cabe destacar que o seu menor índice que foi o mês de agosto (146) ainda foi maior que o

número máximo de participações do programa Sinesp registrado em novembro (141). Em relação ao menor índice de participações em cada mês, é possível perceber que o programa Forças Federais de Segurança foi o menos participado em agosto (51), nos demais meses, essa posição ficou a cargo do Sinesp. No que se refere ao crescimento de participações de um mês para o outro, fica evidente que de agosto para setembro o aumento foi significativamente maior para todos os programas, do que de setembro para outubro e de outubro para novembro.

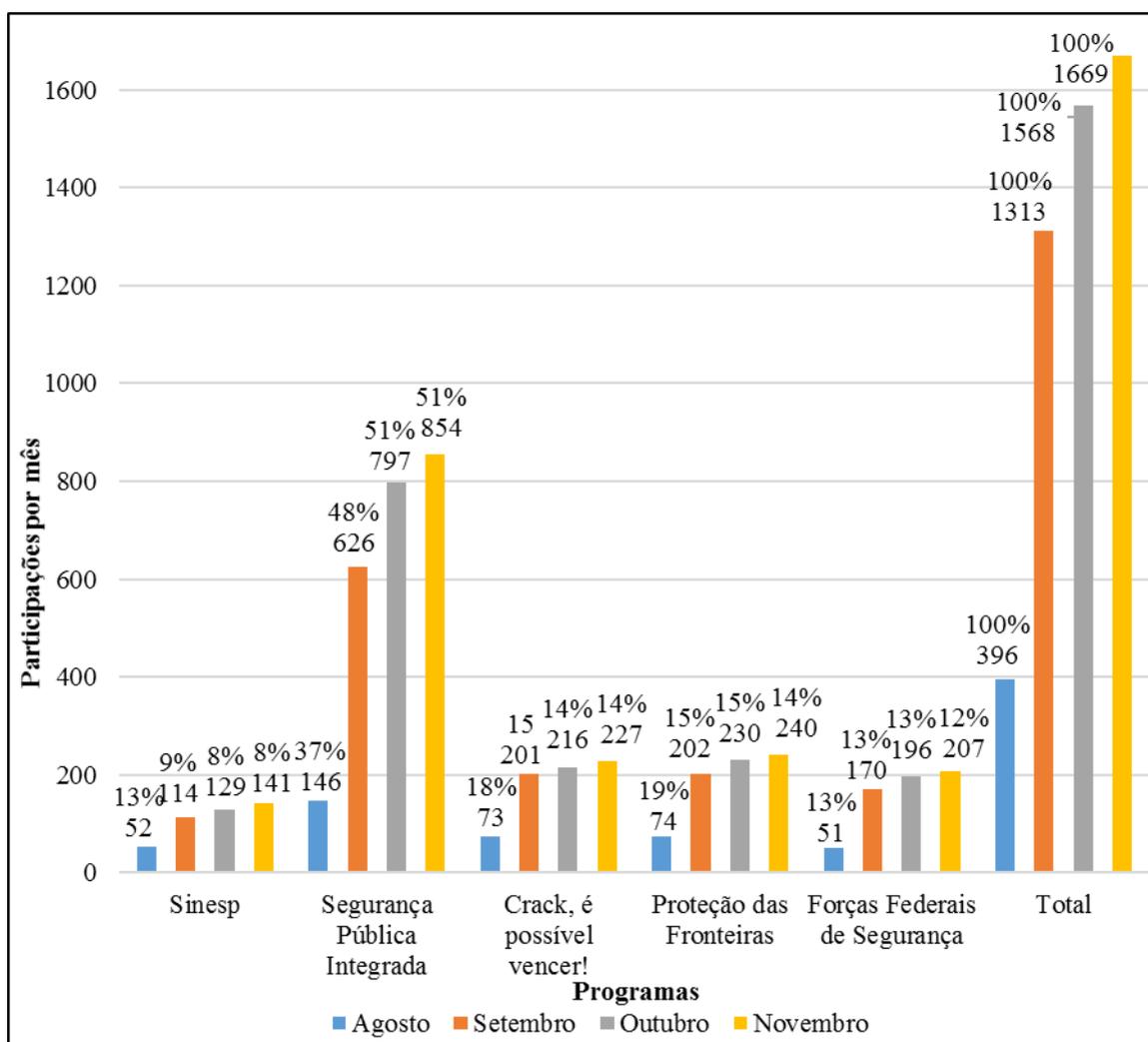


Gráfico 02 – Área/ Segurança: programas e participações por mês.

Fonte: <http://dialoga.gov.br/>, 2016.

No que diz respeito aos termos percentuais, o programa Segurança Pública Integrada foi o único que seguiu uma linha crescente, crescimento esse percebido de agosto a outubro mas, que se manteve de outubro a novembro com o mesmo percentual, de no caso mais da metade 51% para totais de outubro (1.568) e novembro (1.669) de

participações. Já o Forças Federais de Segurança se manteve de agosto a outubro com 13% e diminuiu para 12% em novembro. No geral, o menor número de participação registrado foi de 51 (Forças Federais de Segurança) e o maior de 854 (Segurança Pública Integrada) com relação a porcentagem a maior atingiu 51% (Segurança Pública Integrada) e a menor (8%), os totais de participação foram: agosto (396); setembro (1.313); outubro (1.568) e novembro (1669).

Quanto as propostas mais votadas, a área Segurança Pública (ver quadro 4), apresentou algumas semelhanças em termos de conteúdo das propostas, foi o caso do programa Segurança Pública Integrada, no qual a primeira e a segunda mais votada trataram sobre a promoção de cursos, de trabalho, para as pessoas presas, questão também sugerida pela segunda proposta do programa Forças Federais de Segurança. Outra semelhança entre propostas ocorreu com a primeira do Proteção das Fronteiras com a primeira do Forças Federais de Segurança, ambas sugeriam o uso do primeiro criptógrafo feito no Brasil, como maneira de proteger as informações governamentais contra espionagens.

Quadro 4 – Área/ Segurança Pública: programas e propostas mais votadas.

<b>Programas</b>	<b>Propostas</b>	<b>Quant. de apoios</b>
Sinesp	1ª O programa podia disponibilizar serviços para fazer denúncias violência contra a mulher.	309
	2ª O aplicativo Sinesp Cidadão podia exibir a lista de Delegacias de Polícia mais próximas do usuário.	180
	3ª Ampliar o espectro de serviços do aplicativo possibilitando ao cidadão o envio de denúncias naturezas diversas (maus tratos a idosos, às crianças, às mulheres, aos animais, crimes diversos, etc.).	103
Segurança pública integrada	1ª Fomentar o uso da mão de obra da pessoa presa em obras públicas, hospitais e órgãos públicos, através das FUNAPS (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal), diminuindo assim a terceirização e permitindo a redução da pena de mais pessoas.	297
	2ª Fomentar a participação do sistema S (SESC, SENAI, SENAT) para profissionalização das pessoas presas, além de fomentar a criação de colônias penais agrícolas, permitindo que se produza para escolas.	219
	3ª Unificar as polícias civil e militar nos estados.	202
Crack, é possível vencer!	1ª Assegurar atendimento às famílias que recorrem ao Estado em busca de tratamento para filhos dependentes de drogas ilícitas. A família toda sofre enquanto esperam uma decisão judicial que não chega.	180
	2ª O trabalho é fundamental para a cidadania e a economia solidária deve concretizar-se enquanto política de geração de renda e inclusão social para os cidadãos em uso abusivo de álcool e outras drogas.	127
	3ª Programas educativos extracurriculares nas escolas públicas que auxiliem na formação dos pais e responsáveis. Programa que possibilite reuniões sobre temas atuais e polêmicos com benefícios fiscais.	69
Proteção das	1ª Aproveitar o potencial do primeiro criptógrafo 100% brasileiro,	156

fronteiras	testado e cobiçado por mais de 97 países. As mensagens governamentais cifradas e livres de espões e cartéis. Cibernética é coisa séria!	
------------	---	--

(continua...)

(...continuação)

<b>Programas</b>	<b>Propostas</b>	<b>Quant. de apoios</b>
Proteção das fronteiras	2ª Criar o ciclo único de polícia, e a carreira única, com seus ramos, dentre eles, a polícia especializada na proteção de fronteiras que atuará junto com as forças armadas.	178
	3ª Operação Sentinela e Operação Ágata permanentes!	56
Forças federais de segurança	1ª Não ignorar o mais forte padrão de Criptografia da atualidade, feito no Brasil, testado e cobiçado por 97 países. As informações das operações investigativas cifradas e livres de espões e cartéis.	231
	2ª Criar um sistema que faça os presos trabalharem dentro das prisões ou áreas remotas da sociedade obrigando-os a contribuir com os custos de sua prisão gerando riqueza ao Estado e a sociedade.	59
	3ª Intensificar a atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF), bem como reunir outras parcerias como o SAMU e novas bases de apoio para um atendimento eficaz em caso de urgência.	34

Fonte: <http://dialoga.gov.br/>, 2016.

Em relação a terceira proposta mais votada do Proteção das Fronteiras que sugeriu que as operações Sentinela e Ágata fossem permanentes, fez-se necessário mencionar o que seriam essas operações, no programa em questão. As operações Ágata são direcionadas pelas Forças Armadas que trabalham juntamente com outras instituições de cunho federal, estadual e municipal para coibir crimes que ultrapassem os limites das fronteiras e crimes ambientais na fronteira, já a Sentinela prioriza o combate ao narcotráfico na fronteira brasileira. Em termos de quantidade de apoios percebe-se que a menor apresentada foi de 34 (Forças Federais de Segurança) e a maior de 309 (Sinesp).

Na área Educação, estão presentes os programas: Educação Básica; Ensino Superior; Ensino Técnico; Valorização dos Professores; nela percebe-se (ver gráfico 3) que o programa que obteve um maior índice de participação em todos os meses foi o Educação Básica e o de menor número foi o Ensino Técnico também em todos os meses. É possível perceber ainda que em todos os programas o número de participações foi aumentando a cada mês, porém pode-se dizer que o maior índice de crescimento verificou-se no período de agosto a setembro para todos eles.

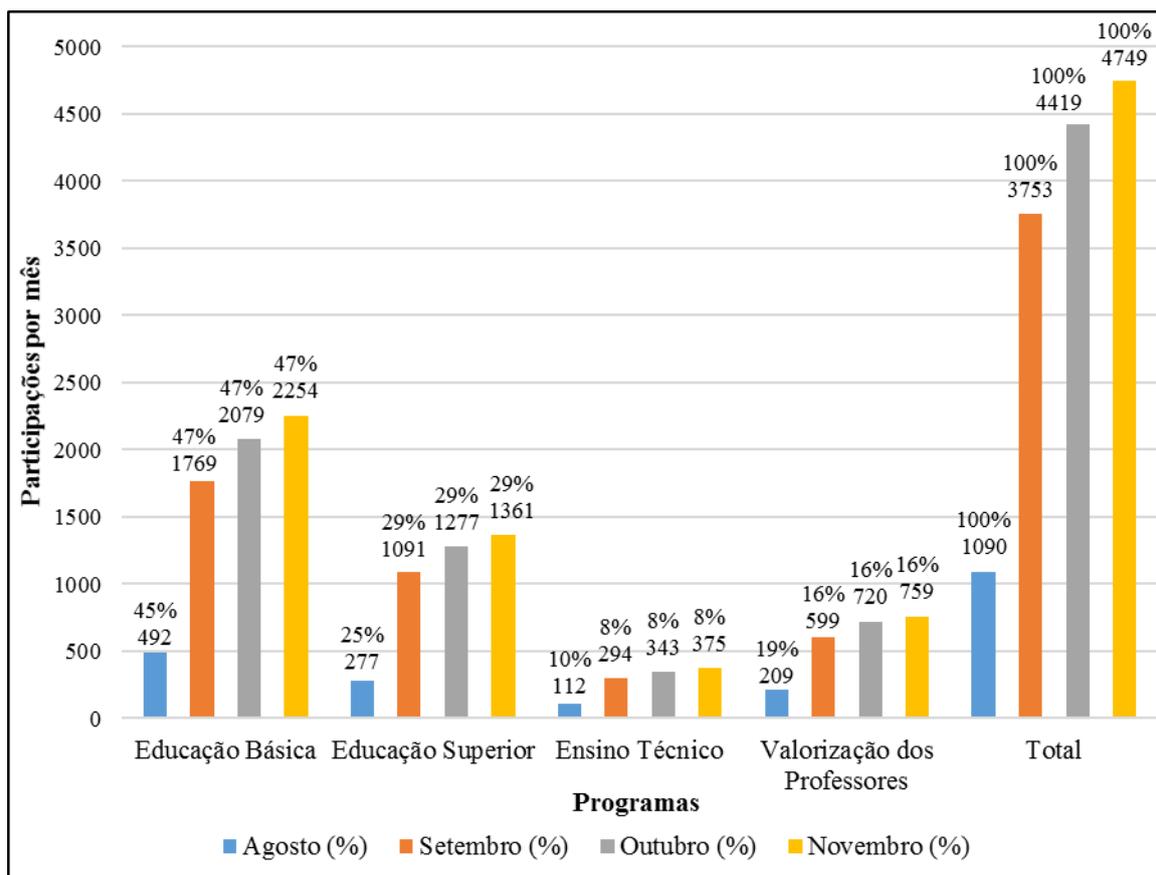


Gráfico 3 – Área/ Educação: programas e participações por mês.

Fonte: <http://dialoga.gov.br/>, 2016.

Verifica-se ainda que o total de participações em cada mês foi de 1090 (agosto), 3753 (setembro), 4419 (outubro) e 4749 (novembro). Em termos percentuais nota-se que todos os programas apresentaram os mesmos nos meses de setembro, outubro e novembro, foram elas: 47% (Educação Básica), 29% (Educação Superior), 8% (Ensino Técnico) e 16% (Valorização dos Professores). Percebe-se ainda que no mês de agosto os programas Educação Básica e Educação Superior, tiveram seus respectivos percentuais de participação menores do que os meses seguintes, já com o Ensino Técnico e o Valorização dos Professores, ocorreu o contrário, o período de agosto mostrou um percentual maior de participação do que os demais meses. No geral, o menor percentual de participações percebido foi de 8% e o maior 47% nessa área.

Em relação as três propostas mais votadas, a área Educação (ver quadro 5) apresentou no programa Educação Básica uma certa semelhança de conteúdo nas propostas, a primeira sugeriu uma nova grade curricular adequada as situações da sociedade atual, a segunda citou algumas disciplinas que poderiam ser inseridas na educação básica e a terceira a inclusão de novos profissionais nas escolas. A maior

quantidade de apoios observa-se que ocorreu no programa Educação Superior em sua primeira proposta com 859 apoios, já a que mostrou a menor quantidade foi a terceira do Ensino Técnico com 86 apoios.

Quadro 5 - Área/ Educação: programas e propostas mais votadas.

<b>Programas</b>	<b>Propostas</b>	<b>Quant. de apoios</b>
Educação básica	1ª Reorganização Curricular do Ensino Médio. Estudar a possibilidade de uma grade curricular atrelada aos novos tempos e a nova sociedade. Atentar para a produção científica e a interdisciplinaridade.	668
	2ª Introdução à Política, Direito e Economia Doméstica (ou a matéria Cidadania) deveriam ser matérias obrigatórias em toda a rede de educação, pois é conhecimento que estimula uma população consciente.	519
	3ª Garantir nas Escolas a inclusão de Assistentes Sociais e Psicólogos!	444
Ensino superior	1ª Expandir o conceito de residência do campo da saúde para outros setores, criando pós graduações em áreas de gestão pública para melhoria dos serviços públicos em prefeituras de médio e pequeno porte.	859
	2ª Ampliar as verbas de custeio para as universidades federais e consolidar a sua expansão, possibilitando a conclusão das obras inacabadas do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), de modo a alcançarmos 30% de jovens no ensino. Superior.	410
	3ª Proponho a volta do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Capes.	776
Ensino técnico	1ª Realizar capacitação e assistência técnica passando pelo conhecimento prévio das necessidades do setor, evitando paralelismo de investimentos. Criação de banco de estudos formado por especialistas.	131
	2ª PRONATEC. Acesso dos candidatos para cursos Técnicos através do ENEM e, nas vagas remanescentes, de todos os que tenham concluído o ensino médio independentemente do período de conclusão.	115
	3ª No orçamento de cada curso do PRONATEC destinar uma rubrica para "capital de investimento" a fim de estruturar e equipar laboratórios específicos ou comuns para os cursos ofertados pela entidade.	86
Valorização dos professores	1ª Fiscalizar e exigir o cumprimento integral da Lei do Piso do Magistério pelos estados e municípios.	535
	2ª Plano de carreira específico para profissionais da educação não docentes na Rede Estadual e Municipal, com piso salarial equivalente à formação (técnico ou superior), como ocorre com a Rede Federal.	328
	3ª Criar programas de incentivo para os professores de bom desempenho, ex.: bolsas de estudos, créditos em dinheiro para aquisição de livros, cursos de idiomas e/ou especialização na sua área de interesse.	199

Fonte: <http://dialoga.gov.br/>, 2016.

Fazem parte da área Redução da Pobreza, os programas: Bolsa Família; Brasil Sem Miséria; Assistência Social; Cisternas (ver gráfico 4). Percebe-se que os programas Cisternas e Bolsa Família, foram respectivamente os de maior e menor participação em todos os meses. É possível ver que a cada mês o número de participações foi aumentando, mas nota-se também que para todos os programas, o índice de crescimento foi mais significativo do mês de agosto para setembro (no Bolsa Família esse aumento chegou a mais do que duplicar, no Brasil Sem Miséria e no Cisternas mais que triplicou e no

Assistência Social quadruplicou) do que de setembro para outubro e de outubro para novembro.

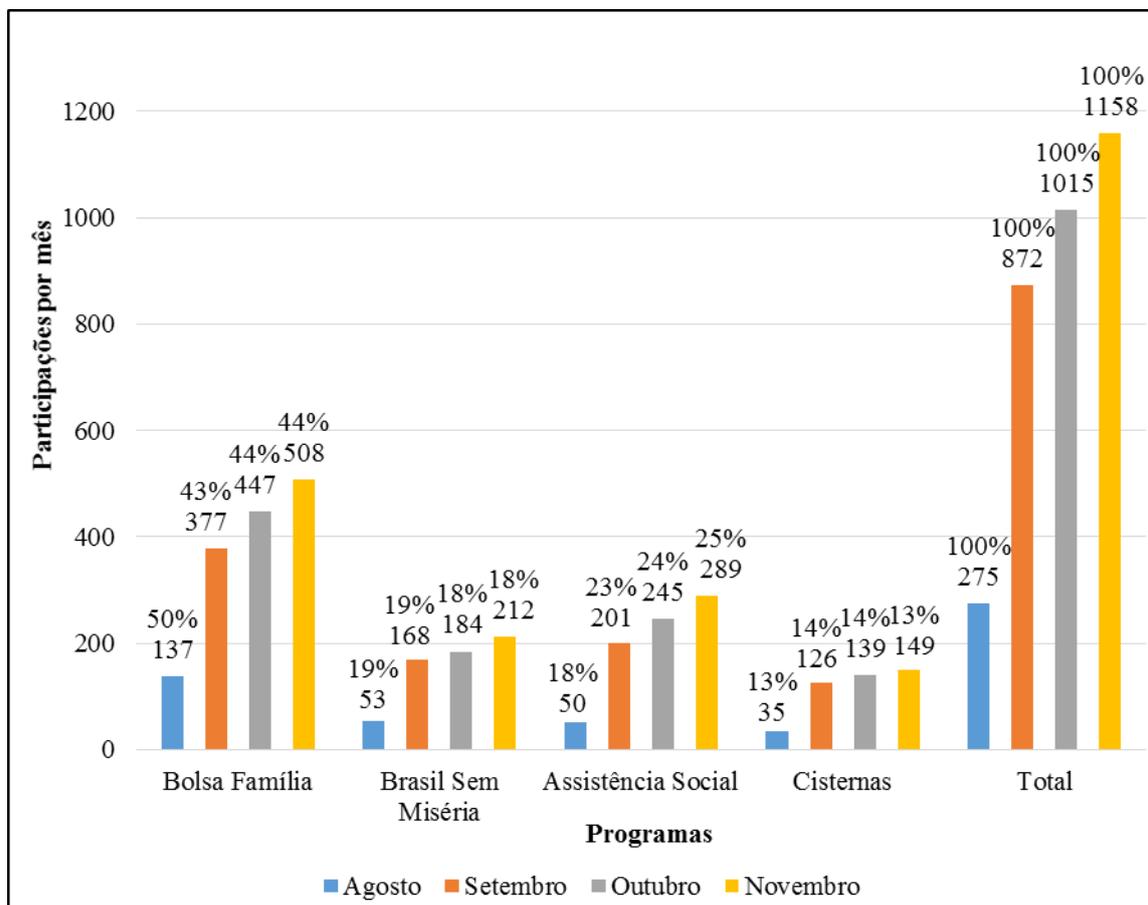


Gráfico 4 – Área/ Redução da Pobreza: programas e participações por mês.

Fonte: <http://dialoga.gov.br/>, 2016.

Nota-se ainda que o total de participações em todos os meses, consistiu de 275 (agosto), 872 (setembro), 1015 (outubro) e 1158 (novembro). Em termos percentuais o programa Bolsa Família ficou com 50% do total de participações do mês de agosto, inclusive cabe destacar que foi o maior percentual de participação observado da área, cujo menor foi de 13%. O programa Assistência Social foi o único que mostrou um percentual crescente de participação a cada mês, para os demais programas alguns períodos mantiveram o mesmo percentual, no caso do Bolsa Família os meses de outubro e novembro foram de 44%, por sua vez, para o Brasil Sem Miséria a coincidência ocorreu de agosto e setembro terem 19% e outubro e novembro 18%, já para o Cisternas agosto e novembro 13% e setembro e outubro 14% de participações.

Com relação as três propostas mais votadas a área Redução da Pobreza (ver quadro 6) apresentou como maior e menor quantidade de apoios, respectivamente 394 (Bolsa

Família) e 56 (Assistência Social). Já em termos de primeira, segunda e terceira proposta mais votadas da área, o programa Bolsa Família foi o que apresentou a maior quantidade de apoios, mais precisamente na primeira com 394 e na segunda proposta com 304, a terceira ficou a cargo do Cisternas com 188 apoios.

Quadro 6 – Área/ Redução da Pobreza: programas e propostas mais votadas.

<b>Programas</b>	<b>Propostas</b>	<b>Quant. de apoios</b>
Bolsa família	1ª Abertura dos dados dos programas federais como o Bolsa Família. Para que cientistas de dados possam criar sistemas de análise de indicadores para suporte de políticas públicas e combate a fraudes.	394
	2ª Governo adote medidas para que os mais pobres usuários do Bolsa Família que queiram trabalhar possam inserir numa plataforma um currículo simples com suas habilidades, se disponibilizando para o trabalho.	304
	3ª Intensificar a fiscalização do Programa Bolsa Família, via acompanhamento profissional de um Assistente Social nas Escolas.	163
Brasil sem miséria	1ª Integrar a participação social, através das representações institucionais locais, para execução de ações Inter setoriais que visem à superação da extrema pobreza no Brasil, com atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU).	184
	2ª Todas as cidades deveriam ter equipes de funcionários públicos para andarem pela cidade, encontrarem pessoas que vivem nas ruas e informar sobre possível ajuda de Programas Sociais.	101
	3ª Diminuir os salários dos deputados e fazer uma distribuição de renda com maior igualdade.	80
Assistência social	1ª Universalização dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e de Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) em todos os municípios do Brasil.	220
	2ª Efetivação dos funcionários do CRAS e CREAS para que o funcionário trabalhe com capacidade e experiência. Pois toda vez que troca é um malefício para os mesmos e para os usuários dos serviços.	70
	3ª Levar os estudantes universitários para as regiões mais desfavorecidas, buscar que eles debatam e desenvolvam formas de garantir a proteção social.	56
Cisternas	1ª Universalizar o acesso à água de beber no Semiárido através de cisternas de placas, e ampliar o número de tecnologias de captação de água de chuva para produção sustentável de alimentos saudáveis.	282
	2ª Universalização da política de acesso a água pelas famílias do semiárido, através das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva pela ASA, para consumo humano e para produção	290
	3ª Construir cisternas de produção em todas as famílias do semiárido.	188

Fonte: <http://dialoga.gov.br/>, 2016.

Por fim, na área Cultura estão presentes os programas: Agenda Século XXI; Vale-Cultura; PAC Cidades Históricas; Brasil de Todas as Telas; Cultura Viva; Política Nacional da Artes; Cultura e Educação (ver gráfico 5), percebe-se que os programas que apresentaram um número maior e menor de participações para todos os meses, foi

respectivamente, o Cultura e Educação e o Agenda Século XXI. Houve igualdade de participações no mês de novembro para os programas PAC Cidades Históricas e Brasil de Todas as Telas, ambos com 88. Para todos os programas o índice de participações cresceu a cada período, o menor registrado foi 27 (Agenda Século XXI) e o maior 170 (Cultura e Educação).

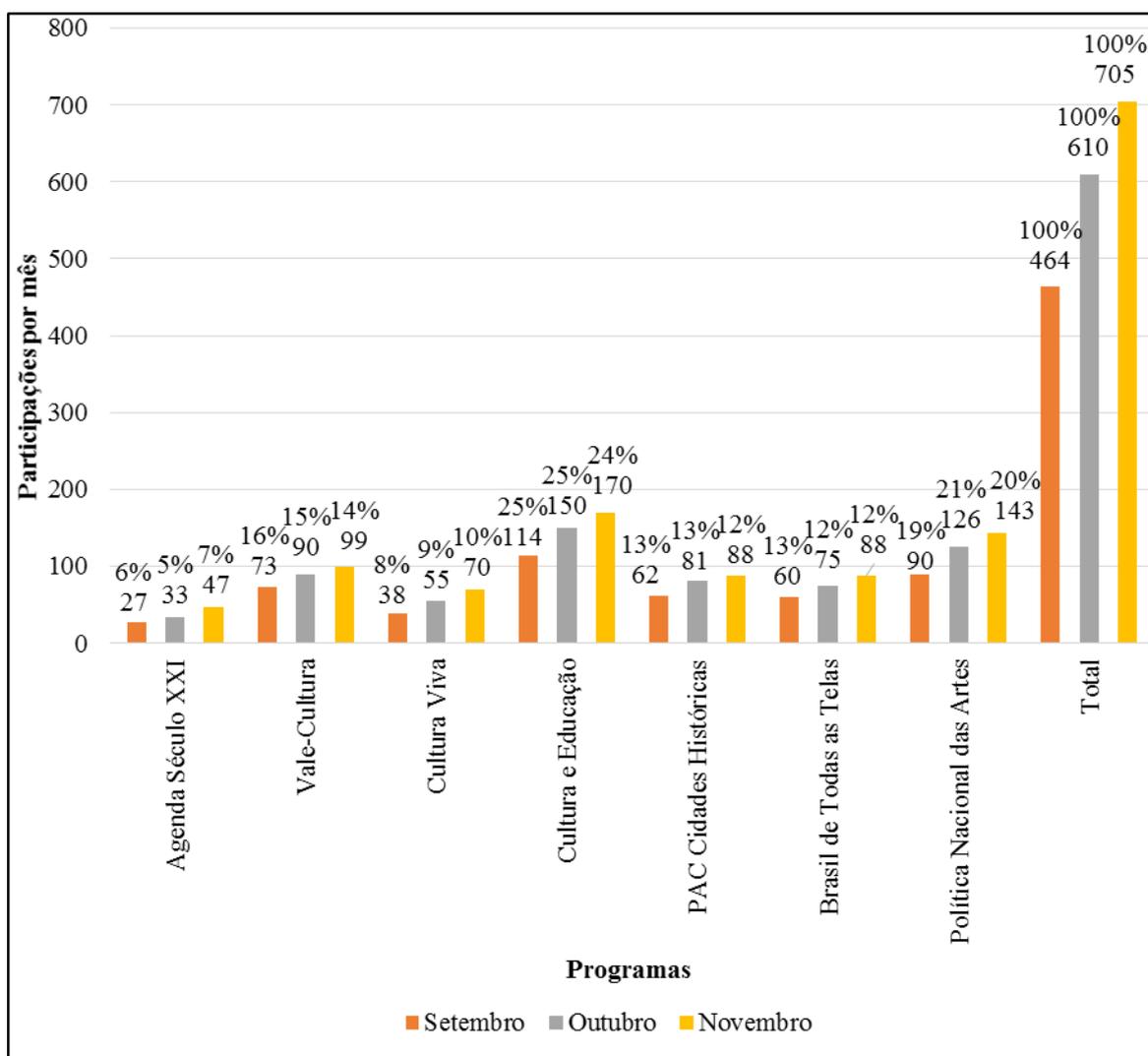


Gráfico 5 – Área/ Cultura: programas e participações por mês.

Fonte: <http://dialoga.gov.br/>, 2016.

Observa-se ainda que os totais de participações em cada mês foram de: 464 (setembro), 610 (outubro) e 705 (novembro). Em termos percentuais a maior parcela registrada foi 25% e a menor 5% de participações. Nota-se que o programa Cultura Viva, foi o único que apresentou um percentual de participação crescente a cada período, já os programas Cultura e Educação e PAC Cidades Históricas, mantiveram o mesmo percentual

em setembro e outubro, foram eles respectivamente 25% e 13%, outro que manteve a mesma parcela só que em outubro e novembro foi o Brasil de Todas as Telas no caso 12%. Cabe mencionar ainda que ocorreu coincidência de percentual de participação no mês de novembro para os programas PAC Cidades Históricas e Brasil de Todas as Telas, ambos 12%.

No que se refere as três propostas mais votadas dos programas da área Cultura (ver quadro 7) nota-se que os conteúdos de algumas foram semelhantes, caso que ocorreu no Brasil de Todas as Telas, na segunda e terceira proposta, ambas trataram sobre o desenvolvimento, a produção de desenhos animados no Brasil, como maneira de estimular esse mercado, outras que coincidiram foram as três do PAC Cidades Históricas, as quais sugeriram a restauração, o tombamento e a conservação do patrimônio histórico brasileiro. Já no caso do Cultura Viva houve focos contrários de conteúdo, no sentido de que a segunda proposta dentre outras coisas sugeriu que os editais de cultura focassem as obras de qualidade não tendo a cultura local como foco, já a terceira voltou-se para o incentivo à cultura local. Observa-se ainda que a maior quantidade de apoios foi 79, referente a primeira proposta do programa Cultura Viva, já a menor quantidade referiu-se a terceira dos programas Cultura Viva e PAC Cidades Históricas, no caso 28 apoios.

Quadro 7 – Área/ Cultura: Programas e propostas mais votadas.

<b>Programas</b>	<b>Propostas</b>	<b>Quant. de apoios</b>
Vale-cultura	1ª Que seja estendido o benefício do Vale Cultura aos estudantes universitários por meio de parceria entre Governo e Universidades.	62
	2ª Criar um pacto federativo que inclua os professores do ensino básico no Vale Cultura. Essa seria uma forma excelente de promover a formação continuada, já que toda formação passa pela leitura.	42
	3ª Deveria haver uma expansão do Vale-Cultura. O ministério deveria comunicar as empresas sobre os benefícios do programa para que elas se cadastrarem.	61
Brasil de todas as telas	1ª Separar as chamadas públicas entre Ficção, Documentário e Animação, para anular a competição entre as três linguagens e designar quais são efetivamente os projetos mais qualificados para cada mercado.	77
	2ª Aprimorar o fomento e incentivo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Animação, se aproximando dos estúdios e profissionais para compreender suas reais carências orçamentárias e de avaliação.	69
	3ª Estímulo à produção de desenhos animados brasileiros. Sugiro que sejam lançados anualmente editais de estímulo à produção de desenhos animados brasileiros para estimular o crescimento dessa indústria.	35
Cultura viva	1ª Levar e ensinar músicas como jazz, clássica, capazes de desenvolver as capacidades de criação, pensamento, como ferramenta de suporte à educação e de inclusão das comunidades carentes à sociedade.	79
	2ª Editais da Cultura focados nas obras de qualidade, passando por análise de jurados. Sem focar cultura local, e sim no impacto que são capazes de trazer para a sociedade, como complemento à educação.	73

	3ª Que os Municípios incentivem de fato a arte local! A maior parte das festas organizadas em municípios pagam cachês para artistas conhecidos de outras cidades, e os locais fazem apresentações gratuitas.	28
--	--	----

(continua...)

(...continuação)

<b>Programas</b>	<b>Propostas</b>	<b>Quant. de apoios</b>
Política nacional das artes	1ª Aulas de músicas nas escolas e formação de orquestras.	61
	2ª Lei Rouanet deveria focar nos pequenos e iniciantes artistas e não em artistas já consagrados.	63
	3ª Fomento específico para bandas marciais e fanfarras. Maior articulação entre as corporações e o Ministério da Cultura/Funarte (Fundação Nacional de Artes). Ampliação do projeto Bandas de Música (Funarte) com a participação dos interessados.	39
PAC cidades históricas	1ª Restauração dos patrimônios históricos deteriorados, perdidos pelo tempo, tais como igrejas e linhas férreas.	64
	2ª Incluir no orçamento federal recursos para o tombamento, restauração e conservação de patrimônios históricos e culturais no Brasil.	31
	3ª Agilização da burocracia do processo de tombamento, e maior rigor na fiscalização para evitar que o patrimônio seja deteriorado durante a análise do pedido.	28
Cultura e educação	1ª Criação de programa cultural: ensino de música e arte de qualidade como auxílio à educação, que aumentem o benefício do Bolsa Família para filhos de beneficiários que apresentarem bom desempenho.	43
	2ª Introduzir nas escolas de todos os níveis, em tempo integral, o ensino e prática de músicas e artes capazes de elevar o nível cultural e educacional, tais como: clássica, jazz, blues, teatro, poesia.	44
	3ª Oportunizar espaços de experimentação artística e de difusão cultural para todos os estudantes, mediante a implantação de Centro de Artes e Cultura nas escolas públicas do ensino básico.	39
Agenda século XXI	1ª Criação de programa pelo Ministério da Cultura para construção e implantação de bibliotecas comunitárias nas áreas urbanas de maior vulnerabilidade.	47
	2ª Investir em escolas de programação para crianças.	48
	3ª Implantar cursos <i>online</i> sobre temas relacionados a cultura, para professores da educação básica pública, a nível de extensão e especialização.	33

Fonte: <http://dialoga.gov.br/>, 2016.

A plataforma Dialoga Brasil tinha a pretensão de trabalhar com 80 programas prioritários do governo federal e 14 temas ou áreas, trabalhou apenas com 27, divididos em 5 áreas, as propostas dos usuários foram organizadas de acordo com o saldo de interação que tiveram, definindo-se assim as três mais votadas, porém o compromisso, o prazo por parte do governo em começar a respondê-las que era novembro de 2015 não foi cumprido. Enquanto funcionou foram ao todo 24.901 usuários cadastrados, 11.077 propostas e 276.147 votos. Outras áreas com seus respectivos programas estavam presentes na plataforma, mas não foram trabalhados, são elas: Cidades (Minha casa minha vida;

Saneamento; Cidades melhores; Mobilidade urbana); Empreendedorismo (Pronatec aprendiz na micro e pequena empresa; Apoio para crescer; Esporte para toda a vida; Desburocratização; Crescer sem medo; Microempreendedor individual (MEI)); Meio ambiente (Gestão ambiental; Florestas; Biodiversidade; Mudança do clima; Gestão da água; Cidades sustentáveis); Esportes (Futebol; Grandes eventos e seus legados; Preparação de atletas) porém, o que se tem sobre eles, no caso os programas dessas áreas, são apenas as descrições de cada um, quanto ao que são e o objetivo a que se propõem.

CAPÍTULO 5:  
**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação social no Brasil embora já existisse a muito tempo, só foi reconhecida a partir da Constituição Federal de 1988, mesmo havendo casos em que vem surtindo efeitos significativos, pode-se citar: o orçamento participativo que surgiu em Porto Alegre (RS), outras cidades brasileiras também passaram a aplicá-lo, assim como outros países; a Lei da Ficha Limpa que partiu da iniciativa popular e que entrou em vigor, ainda não se constitui como um processo consolidado nas políticas públicas. O que ocorre muitas vezes para fazer com que a participação social não se firme, são os interesses econômicos e políticos que acabam por minar o interesse popular. Caso perceptível na tentativa que houve por parte do governo em instituir uma Política Nacional de Participação Social, que após muitas críticas, e mesmo defendida, acabou não sendo aprovada pela Câmara dos Deputados, mostrando que o Brasil ainda tem muito o que avançar.

Nesse sentido, essa pesquisa buscou identificar as políticas públicas incluídas no programa, informar o nível de participação em termos numéricos e descrever as principais sugestões apresentadas. Dessa forma, analisar o processo de implantação do programa Dialoga Brasil. Para identificar as políticas públicas incluídas no programa, foram expostos os programas que de fato a plataforma trabalhou, mostrando seus respectivos objetivos. Quanto a informar o nível de participação em termos numéricos, foram mencionadas as cinco áreas (saúde, segurança pública, educação, redução da pobreza e cultura) das quais os programas de acordo com seus direcionamentos fazem parte, observou-se que em todas as áreas para todos os programas no meses acompanhados (agosto a novembro de 2015), com exceção da área cultura, cujo período foi (setembro a novembro) do mesmo ano, que as participações foram crescentes a cada mês, as porcentagens calculadas em cima dos totais de cada período, serviram para representar a parcela que aquele número significou no todo das participações, assim houve aqueles que foram bem mais participados que outros.

Para descrever as principais sugestões apresentadas, foram expostas as três propostas mais votadas de cada programa, mostrando a quantidade de apoios que obtiveram, destacando também os conteúdos das propostas que foram semelhantes. Em relação as respostas as três propostas mais votadas de cada programa, não começaram a ser respondidas pelo governo no prazo que deveriam, que seria novembro de 2015, assim como dos 80 programas federais e das 14 áreas que pretendia trabalhar, somente trabalhou com 27 programas e 5 áreas, paralisou com um número de 24.901 usuários cadastrados,

11.077 propostas e 276.147 votos. Embora a plataforma tenha paralisado, isso não impediu que o objetivo da pesquisa, que era analisar o processo de implantação do programa Dialoga Brasil fosse alcançado. Os resultados alcançados apontam que a participação dos cidadãos funcionou de forma simbólica, visto que o governo não respondeu as suas sugestões.

Através dessa pesquisa foi possível perceber que a participação social relacionada as políticas públicas é uma temática que vem tendo mais ênfase nos últimos anos, quanto a participação de forma digital, são poucas ainda as pesquisas feitas, por ser um mecanismo considerado novo de participação. Dessa maneira, esse estudo pode ser recomendado para pesquisas futuras, por ser um tema que tem muito ainda o que ser explorado.

## **REFERÊNCIAS**

---

## REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Jorge. O que é a Política Nacional de Participação Social, 06 de jun. 2014. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/o-que-e-a-politica-nacional-de-participacao-social/#.Vw-WpPkrLIW>>. Acesso em: 05 de abr. 2016.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 10 ed. 2010.

ARAÚJO, R. de P. A.; PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P. dos. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, supl., , p. 1597 – 1619, dez. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702015001001597&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702015001001597&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 21 de fev. 2016.

BAVA, S. C. A participação cidadã na elaboração de políticas públicas. **Política Social e Desenvolvimento/ Plataforma Política Social**, 01 de fev. 2016. Disponível em: <<http://obsgeppufcg.blogspot.com.br/2016/02/politicas-publicas-e-participacao.html>>. Acesso em: 10 de fev. 2016.

BAZZOLI, J. A.; DELGADO, C. M. N. Análise comparada da participação popular em planos de ordenamento do território: estudo empírico brasileiro e português. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 19, n. 2, p. 423 – 434, jul/dez. 2015. Disponível em: <[http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=69](http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=69)>. Acesso em: 12 de fev. 2016.

BENEVIDES, M. V. de M.. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo?: debate sobre uma alternativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 52, 1983.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 63, 1986.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros Editores, 10 ed, 2000. Disponível em: <<http://lelivros.website/book/download-ciencia-politica-paulo-bonavides-epub-mobi-pdf/>>. Acesso em: 26 de mar. 2016

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto n. 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de mai. 2014. Seção 1, p. 6.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia participativa. **Folha de São Paulo – Opinião**, São Paulo, 12 de jun. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1468885-luiz-carlos-bresser-pereira-democracia-participativa.shtml>>. Acesso em: 26 de mar. 2016.

CÂMARA derruba decreto de Dilma que cria plano de participação social. **Rede Brasil Atual**, 29 de out. 2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/10/camara-derruba-decreto-de-dilma-que-cria-plano-de-participacao-social-6753.html>>. Acesso em: 05 de abr. 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 6 ed. 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. **Manifesto de juristas e acadêmicos em favor da Política Nacional de Participação Social**. Brasília, DF: OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília, 21 de jul. de 2014. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/publicacoes/detartigo/62>>. Acesso em: 05 de abr. 2016.

DYE, Thomas R. (2005). Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F.. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Brasília: Editora UnB, 2010. Disponível em: <[https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/dye\\_20052010\\_mapeamento-dos-modelos-de-anc3a1lise-de-pp.pdf](https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/dye_20052010_mapeamento-dos-modelos-de-anc3a1lise-de-pp.pdf)>. Acesso em: 17 de mar. 2016.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20 – 31, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/search/search?simpleQuery=empoderamento+e+participa%C3%A7%C3%A3o+da+comunidade+em+pol%C3%ADticas+sociais&searchField=query>>. Acesso em: 15 de fev. 2016.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W.. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**, Belo Horizonte: Sebrae/MG, vol. 7, 2008. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 13 de fev. 2016.

PEIXOTO, Leandro Antônio Grass. Abordagens e perspectivas de participação no monitoramento de políticas públicas. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 19, n. 2, jul/dez 2015. Disponível em: <[http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=69](http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=69)>. Acesso em: 13 de fev. 2016.

PIRES, Maria Luiza e Silva; SILVA, Luciano Cipriano da. Associativismo e políticas públicas nas comunidades rurais. **R. Pol. Publ.**, São Luís, v. 19, n. 2, jul/dez 2015. Disponível em: <[http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=69](http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=69)>. Acesso em: 14 de fev. 2016.

RAEDER, Savio. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. *Perspectivas em Políticas Públicas*. Belo Horizonte, v. VII, n. 13, p. 121 – 146, jan/jun. 2014. Disponível em:

<[http://revistappp.uemg.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=81%3Aapp-13&catid=49%3Anumero-8&Itemid=96&lang=pt](http://revistappp.uemg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=81%3Aapp-13&catid=49%3Anumero-8&Itemid=96&lang=pt)>. Acesso em: 13 de mar. 2016.

SILVA, Ilse Gomes. Democracia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil: as manifestações de junho de 2013. **R. Pol. Públ.** São Luís, v. 19, n. 2, jul/dez 2015. Disponível em: <[http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=69](http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=69)>. Acesso em: 12 de fev. 2016.

SILVEIRA, D. T.; CORDOVA, F. P.. A pesquisa científica. In. GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org. (as)). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31 - 63.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/search/search>>. Acesso em: 24 de fev. 2016.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 5 ed. 2012.